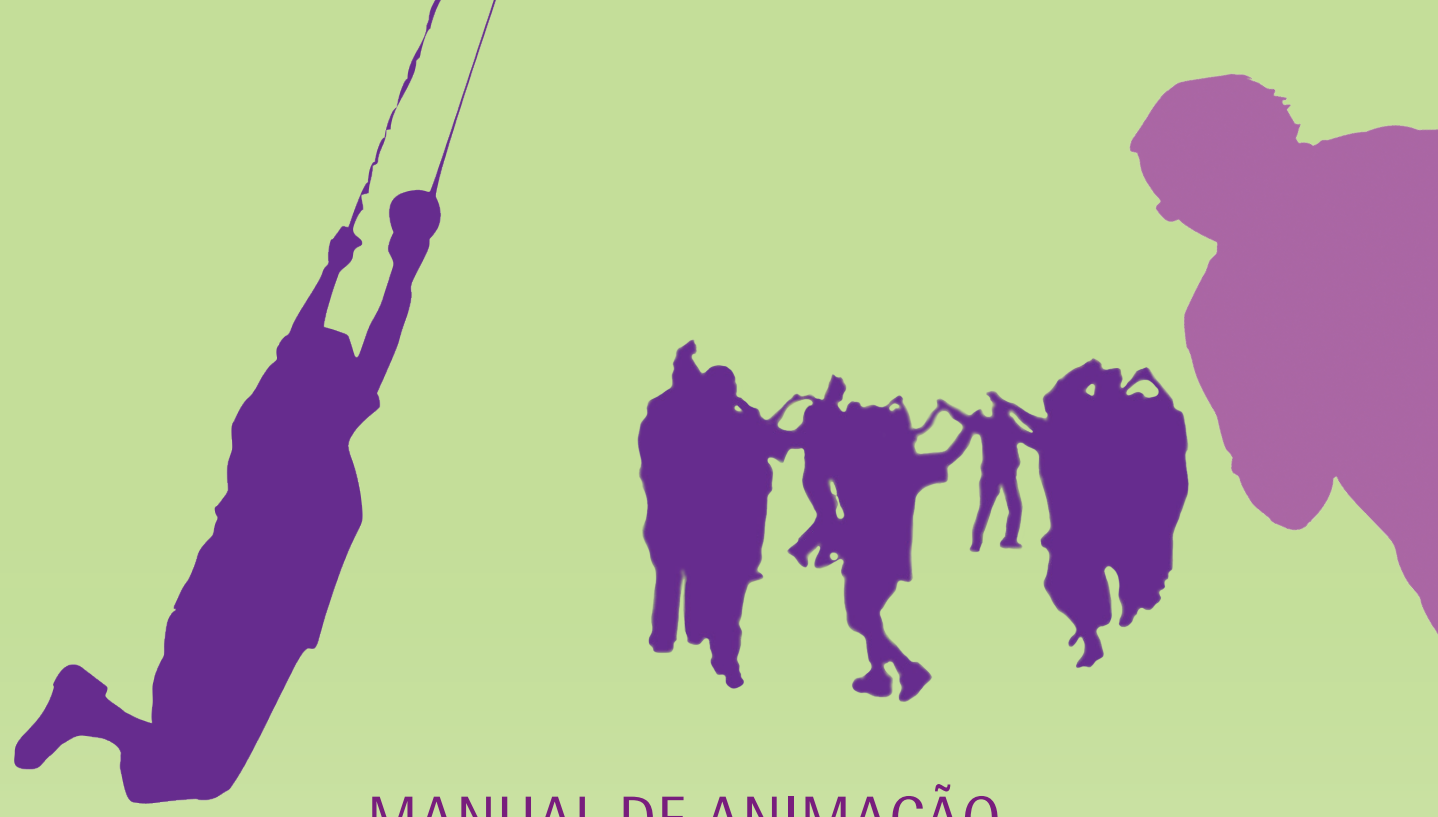


A large silhouette of a person swinging on a swing set is on the left. In the center, a group of people are dancing in a circle. On the right, there is a large, abstract silhouette of a person's head and shoulders.

MANUAL DE ANIMAÇÃO DE IDOSOS EM MEIO RURAL

A experiência da
Escola Sénior do Mundo Rural

Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.





MANUAL DE ANIMAÇÃO DE IDOSOS EM MEIO RURAL

A experiência da Escola Sénior do Mundo Rural

Ficha Técnica

AUTOR E EDITOR Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E

TÍTULO Manual de Animação de Idosos em Meio Rural – A experiência da Escola Sénior do Mundo Rural

COORDENAÇÃO GERAL Marta de Albuquerque Alter

EQUIPA TÉCNICA João Pedro Antunes | Paula Gentil Santos

FOTOS Monte ACE

DESIGN SUGO design

IMPRESSÃO Gráfica Comercial

TIRAGEM 500 exemplares

1ª EDIÇÃO Novembro de 2009

LOCAL DE EDIÇÃO Arraiolos

DEPÓSITO LEGAL 305028/10

agradecimentos

Agradecemos a todos os alunos, professores, colegas e parceiros que fizeram parte desta experiência.

Gostaríamos de agradecer também a Camilo Mortágua e Luís Jacob pelos seus válidos contributos para este Guia.

Os nossos agradecimentos vão ainda para os oradores do Seminário “Idosos Numa Nova Cidadania: Universidades Sêniors e Espaços de Acção”, nomeadamente: Maria de Lurdes Quaresma; Ramalho Ilhéu; Bravo Nico e Dulce Mota; para Marcos Olímpio enquanto moderador e um abraço especial para os colegas da Universidade Sénior Albicastrense que acederam em partilhar connosco o seu testemunho.

Arraiolos, Novembro de 2009

FINANCIAMENTO



PROJECTO



ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE EXECUTORA



Índice

6	Prefácio
14	Nota Introdutória
16	Objectivos
17	Destinatários
18	Metodologia
19	Capítulo I
20	Envelhecimento Activo: Questões das Sociedades Contemporâneas
41	Idosos E Cidadania - Do Número à Qualidade
50	O direito dos adultos à educação
64	As UTIs como Promotoras do Envelhecimento Activo
73	Capítulo II
75	A Escola Sénior do Mundo Rural – Uma Experiência Prática
98	Considerações Finais



PREFÁCIO

A aprendizagem ao longo da vida é uma característica inerente à natureza humana. Ninguém deixa de aprender só porque vai envelhecendo e vai ficando com menor capacidade para realizar actividades que requerem força muscular ou agilidade física. Sem dúvida que a capacidade do ser humano para realizar actividades que exigem esforço de natureza física (muscular) vai diminuindo com o avançar da idade, embora, ultimamente, com o avanço dos cuidados no domínio da geriatria e do exercício físico realizado de acordo com programas cientificamente delineados, se verifique que a diminuição da capacidade física de uma pessoa possa processar-se a um ritmo mais lento. Contudo, no que diz respeito à actividade de aprender, a capacidade do ser humano não diminui ao mesmo ritmo do que acontece com a capacidade para realizar actividades de natureza física. Aliás, em grande parte dos casos, embora a forma de aprender se vá modificando com o avançar da idade, fruto fundamentalmente dos saberes acumulados, a capacidade de aprender aumenta ao longo da vida e não termina ou diminui drasticamente quando a pessoa entra no ciclo de vida conhecido por 3ª idade que tem início quando passa à situação de reformado ou pensionista.

Sendo certo que o ser humano com o avançar da idade vai perdendo capacidade de memorizar, é também verdade que o poder de reflexão sobre a sua experiência e de relacionamento de novas coisas com essa mesma experiência usualmente aumenta, potenciando, desta forma, a capacidade de aprender. Mais especificamente, o processo de aprendizagem vai-se modificando, tornando-se mais especializado, ao longo da vida de uma pessoa. Isto significa que, nas pessoas que se encontram no ciclo de vida designado por terceira idade e que, em termos sociais, tem início no momento em que se retiram da vida activa em termos de emprego ou ocupação, a capacidade de aprendizagem não deixa de existir; o processo e a forma de aprendizagem modificam-se mas a pessoa continua a aprender. Nessa fase da vida, o ser humano embora, aparentemente, perca alguma capacidade de aprendizagem relativamente a determinados aspectos ou assuntos, o que sucede, de facto, com frequência, é uma transformação na forma e ritmo como efectua as aprendizagens, tornando-se, por outro lado, mais selectivo quanto



aos aspectos e assuntos que pretende aprender, relacionando-os, usualmente, com os seus interesses e necessidades imediatos. Para além disso, é quase sempre mais exigente relativamente às estratégias facilitadoras de aprendizagem e mesmo ao contexto em que a mesma acontece.

Nas sociedades modernas, as pessoas são pagas para ficarem inactivas e, para além disso, têm acesso a um conjunto de serviços de natureza social que lhes permite viver com algum bem-estar. Embora não esteja em causa a justiça social da implementação de tais sistemas, uma vez que se parte da premissa de que os idosos já deram o seu contributo para a sociedade não só através da sua produção como ainda pelo suporte daqueles que então estavam na sua situação actual, não se pode deixar de reflectir sobre os problemas sociais e económicos que essas estratégias colocam às sociedades, problemas que têm vindo a tomar proporções, em alguns casos quase incontroláveis, devido ao aparecimento da chamada 4ª idade resultante do fenómeno da progressiva longevidade a que se vem assistindo nas últimas décadas. É assim necessário encontrar soluções para os problemas sociais e económicos decorrentes do fenómeno da longevidade e da inactividade paga por aqueles que se encontram activos em termos de emprego e ocupação. Não deve, no entanto, ser esquecido nem negligenciado o contributo que grande parte dos idosos na fase da 3ª idade continuam a dar para a sociedade não só através dos impostos que continuam a suportar como ainda pela função produtiva que muitos continuam a ter quer pelo desempenho de tarefas de natureza voluntária quer mesmo através de actividade remuneradas.

Como é sabido, grande parte dos indivíduos que se reformam procura uma ocupação, remunerada ou não, uma vez que sentem que lhes falta algo na sua vida diária que anteriormente estava preenchida pela sua actividade profissional. Por outro lado, devido fundamentalmente ao avanço científico e tecnológico dos cuidados de saúde e das condições de vida, a esperança de vida dos seres humanos, especialmente, nos países ditos mais "avançados", aumentou significativamente, levando muitos especialistas sociais a considerar a existência de uma quarta idade,

que se iniciaria aos 80 anos de idade. A questão que se coloca com este aumento de longevidade, é saber se a sociedade está preparada para responder adequadamente a este fenómeno, isto é, lidar com um processo de envelhecimento mais longo e lento o que, naturalmente, não só tem como resultado o aumento do número de pessoas idosas como ainda transporta consigo problemas de diversa natureza que reclamam uma reflexão aprofundada em termos sociais e económicos para além, naturalmente, da questão inerente à necessidade de cuidados especializados de saúde. De facto, na fase designada por quarta idade, os idosos estão, salvo raras excepções, no limite da sua capacidade funcional, implicando uma atenção social mais apertada e especializada por parte da sociedade. Contudo, mesmo nesta fase da vida, mercê de melhorias nos cuidados de saúde e do avanço da tecnologia, muitos idosos vêem a sua capacidade de efectuar leituras e até escrever prolongada, possibilitando chegar ao limite da sua vida em condições de melhor qualidade de vida.

Nas sociedades actuais, designadamente nas dos países mais avançados científica e tecnologicamente, não há tempo para socializar e conviver com os amigos e até com a família e, por outro lado, assiste-se, em muitos casos, a uma marginalização dos idosos por estarem "fora" do mercado e serem, por isso, considerados improdutivos e, muitas vezes, inclusivamente, como "fardos" pesados para a economia e mesmo para as famílias. Isto constitui uma autêntica falácia pois uma grande parte dos idosos que se encontram no ciclo de vida da 3ª idade iniciado com a reforma, continuam com uma vida activa realizando actividades de natureza voluntária em entidades de economia social (e não só) e/ou desempenhando funções em empresas privadas auferindo uma remuneração. Quer isto dizer que, de uma forma ou de outra, se pode afirmar que grande número de idosos da 3ª idade contribuem activamente para a economia do País, mesmo sem tomar em consideração o contributo que dão através do papel de avós ajudando os filhos a tomar conta dos seus filhos (netos) e ainda pelo consumo que fazem. É assim socialmente injusto e incorrecto e até mesmo surpreendente que a sociedade considere as pessoas que se encontram na 3ª idade como improdutivos em termos económicos. Por outro lado, é também surpreendente e, diria, mesmo chocante, o facto de a sociedade negar (ou não tomar em con-

sideração) a capacidade que os idosos mantêm de desempenhar o papel de interlocutor nos domínios dos diversos saberes adquiridos através das experiências vivenciadas ao longo da vida. Este fenómeno resulta, provavelmente, do facto de o papel de transmissor do saber que "o mais velho" detinha por lhe ser reconhecida, pelas pessoas dos outros estratos etários, a posse do saber adquirido pela experiência, ter vindo a ser perdido devido não só ao avanço do sistema educativo como ainda pela estratificação etária criada pela especialização do trabalho decorrente da economia de mercado. Esta questão é ainda, nas sociedades modernas, agravada pelas mudanças que a estrutura familiar tem vindo a sofrer nas últimas décadas, principalmente desde que a unidade familiar deixou de ser o suporte da produção. Antes destas mudanças, "o mais velho" não era afastado da esfera do trabalho, adquirindo novos papéis e tarefas no seio da unidade e, por esta razão, permanecia activo e era considerado útil pela sociedade. Aliás, o papel de ancião conselheiro desempenhado pelos idosos ainda é visível nas comunidades que vivem nos meios rurais dos Países considerados menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Naquelas sociedades o estatuto de ancião tem relevância no seio da família e mesmo da comunidade uma vez que lhe é reconhecida a sua capacidade de desempenhar o papel de conselheiro decorrente da sabedoria adquirida através da experiência vivenciada ao longo da vida.

Face à realidade do acentuado envelhecimento demográfico a que se assiste actualmente nas sociedades modernas mais desenvolvidas é fundamental delinear e implementar um conjunto de políticas e estratégias que respondam não só as questões de natureza económica e financeira mas fundamentalmente proporcionem qualidade de vida aos idosos que se encontrem quer na 3ª como na 4ª idades. É preciso não esquecer que a senescência é um processo biológico a que todos os seres vivos estão sujeitos e, como tal, deve ser encarado de forma natural. Embora o presente manual e, consequentemente, este prefácio, se oriente para a questão da aprendizagem dos idosos, não se deixa de anotar que a solução das questões de natureza económica e financeira e das de natureza social passa necessariamente por estratégias demográficas orientadas para o reequilíbrio da pirâmide etária e pelo delineamento e implementação de políticas e estratégias de acompanhamento social e

familiar dos idosos, respectivamente. No entanto, dado que as questões de natureza económica e financeira e as de natureza social e familiar estão intrinsecamente ligadas, parece não subsistir qualquer dúvida de que a solução do envelhecimento demográfico e das suas consequências só poderá ser resolvida a médio e longo prazos, através de políticas especialmente orientadas para promover rearranjos sociais e, provavelmente, em âmbitos regionais que extravasem o contexto nacional, mesmo em países de dimensão relativamente grande, como é o caso da Alemanha, da França e da Espanha, por exemplo. Mais concretamente, no caso dos Países que presentemente integram a União Europeia, a solução para esta problemática poderia (deveria) ser equacionada no âmbito da União uma vez que não só já existe um conjunto de políticas que poderiam ser redefinidas e concertadas tomando em consideração esta problemática como ainda é possível delinear e implementar outras que se orientem mais especificamente para este tipo de problemas. Dito desta forma parece até que as soluções são facilmente delineáveis e exequíveis. Não é, certamente, assim! Embora esteja convicto de que as sociedades modernas saberão encontrar as respostas mais adequadas para os problemas que o envelhecimento demográfico lhes coloca, considero no entanto que é necessário haver uma grande vontade e concertação políticas, de todos os responsáveis aos diversos níveis e sectores, para que essa resposta seja encontrada. Dadas as dificuldades que antevio em conseguir obter essas vontade e concertação políticas para equacionar a problemática do envelhecimento demográfico, julgo que as sociedades têm necessidade de sonhar para prever um futuro mais promissor com base na aceitação do pressuposto de que as 3ª e 4ª idades são mais uma fase do ciclo de vida do ser humano em que é possível realizar coisas úteis para a sociedade. Isto é, o processo de envelhecimento deve ser não só encarado de forma natural como deve ser reconhecido como fase em que o ser humano realiza coisas de forma diferente contribuindo desta forma para a sociedade, deixando de ser encarado por esta como um "fardo" que tem a obrigação de transportar.

No que diz respeito à aprendizagem, que também pode estar enquadrada nas questões de natureza social, existem questões muito específicas que justificam uma reflexão e um tratamento especializado. Esta é uma

das razões porque o MONTE, no quadro do Projecto PROGRIDE, decidiu avançar com a Escola Sénior do Mundo Rural e com o presente Manual de Animação que inclui não só algumas reflexões sobre o processo de Envelhecimento Activo, a questão da Cidadania dos Idosos, o processo de Aprendizagem ao Longo da Vida e o papel das Universidades Seniores na promoção daqueles processos como ainda descreve uma experiência levada a cabo no seu território de intervenção. O Manual destina-se a profissionais e a entidades que trabalham no domínio da animação de idosos como pode ainda ser útil aos próprios seniores que estejam enquadrados em programas desta natureza.

Tanto a Escola Sénior do Mundo Rural como o presente Manual de Animação constituem iniciativas que demonstram bem a preocupação que o MONTE, enquanto Agrupamento de quatro Associações de Desenvolvimento Local com intervenção no território do Alentejo Central, tem em dirigir as suas actividades e intervenção estratégica para todos os sectores da população. Aliás, não seria de esperar outro comportamento já que o processo de Desenvolvimento Local tem como um dos pressupostos o princípio de se dirigir a toda a população sem qualquer tipo de discriminação.

Os programas orientados para facilitar a aprendizagem nos idosos vão ao encontro do facto de a Declaração Mundial sobre a Educação Superior (UNESCO) para o Século XXI estabelecer o acesso dos adultos aos estabelecimentos de ensino superior como uma acção prioritária. Este facto, aliás, só vem confirmar o que há muito se reclamava quanto à necessidade de promover e facilitar a aprendizagem ao longo da vida. Isto significa que aprender não obedece a fronteiras físicas, de espaço ou relacionadas com a idade. A aprendizagem pode ser efectuada em qualquer idade e em qualquer contexto físico.

Existem diversas razões que fundamentam a necessidade de existência de Universidades Seniores quer estejam integradas em Universidades tradicionais quer sejam promovidas por outras entidades como sejam Associações de diversa natureza entre as quais as Associações de Desenvolvimento Local: (1) Razões de natureza educativa, (2) Razões de

natureza democrática e de cidadania, (3) Razões de natureza social/cultural, (4) Razões de natureza demográfica, (5) Razões relacionadas com a qualidade de vida.

As razões de natureza educativa sustentam-se essencialmente no facto de os idosos necessitarem de ter uma nova oportunidade para adquirirem novas competências quer para um possível ocupação que pretendam desempenhar quer para utilizar o saber adquirido para actividades de lazer. A aquisição de competências na área de gestão pode ser importante para gerir melhor a sua própria empresa; novos saberes sobre geografia humana e cultural pode ser relevante para escolher o destino de uma viagem turística e aproveitar melhor o que esse destino lhe possa oferecer.

As razões de ordem democrática e de cidadania justificam-se pela necessidade de aumentar a capacidade participativa na comunidade onde vive e de melhor exercer os seus direitos e deveres de cidadão. Muitas vezes os idosos coíbem-se de participar activamente em questões relevantes para a sua comunidade por terem receio de não conseguir expressar a sua opinião.

As razões de ordem social/cultural consubstanciam-se não só no convívio e troca de experiências e perspectivas entre as pessoas que frequentam a Universidade Sénior como ainda na aquisição de competência de natureza cultural e artística. Os idosos, dado o facto de se encontrarem "inactivos", isto é, fora do mercado de trabalho necessitam de sociabilizar para não se sentirem isolados e votados ao abandono. Por outro lado, muitos idosos, começam a interessar-se por questões culturais ou desenvolver competências artísticas como seja pintar, tocar algum instrumento, ou qualquer outra actividade artística.

As razões de natureza demográfica baseiam-se no facto de existirem muitas pessoas "atiradas" para fora do mercado por limite de idade, embora continuem com elevadas capacidades físicas para exercer uma actividade ou uma ocupação. Existem idosos que após a reforma decidem dedicar-se a uma actividade empresarial ou mesmo arranjar uma ocupação como voluntário ou como empregado numa outra empresa.

As razões relacionadas com a qualidade de vida tem a ver com o facto de uma pessoa se sentir ocupada e útil contribuir para a sua saúde e portanto para a sua qualidade de vida. A descoberta que um idoso de baixa escolaridade faz de que tem ainda capacidade de aprender desempenha papel relevante para o seu equilíbrio mental e, naturalmente, para a sua qualidade de vida.

O Manual de Animação de Idosos em Meio Rural constitui pois um instrumento importante para o processo de Desenvolvimento Local não só pelas razões que acima foram aduzidas mas fundamentalmente porque se dirige a uma população que para além de se encontrar inactiva e fora do mercado de trabalho, vive em locais que, na maioria dos casos, nada tem para oferecer a estas pessoas a não ser "bancos de jardim".

Eduardo Figueira

Presidente do Conselho de Administração do MONTE



NOTA INTRODUTÓRIA

Universidades Seniores como modelo de educação e desenvolvimento comunitário

As Universidades da Terceira Idade ou Universidades Seniores (UTIs) são muito mais que uma alternativa aos centros de convívio tradicionais e aos bancos de jardim para os maiores de 50 anos. As UTIs querem que os seniores, numa fase em que têm mais tempo disponível para si próprios, utilizem esse período para a descoberta de novos horizontes e saberes. As UTIs ministram cursos (sem recolhimento oficial), dão aulas, organizam passeios, colóquios e desenvolvem actividades culturais, comunitárias, desportivas e recreativas.

As UTIs são a resposta sócio-educativa, que visa criar e dinamizar regularmente actividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. Quando existirem actividades educativas será em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida.

Do ponto de vista histórico podemos fazer remontar as origens das "universidades da terceira idade" a 1727, ano em que Benjamin Franklin fundou, em Filadélfia (EUA), um grupo de discussão e de estudos para os adultos, e que desempenhou um papel de grande relevo no desenvolvimento da educação para as pessoas de todas as idades sem qualquer tipo de discriminação. Formalmente a primeira UTI é criada em 1973 na Universidade de Toulouse (França) pela mão do Prof. Pierre Vellas e não foram precisos mais de sete anos para que se estabelecessem 52 UTIs em França.

Esta UTI correspondia no seu início a um departamento da unidade de ensino e de pesquisas da faculdade de ciências sociais e tinha como objectivo o estudo dos problemas médicos, sociais e psicológicos dos idosos. Por outros termos, num primeiro momento, estava em causa uma colaboração entre os estudantes da terceira idade e os pesquisadores jovens da universidade.

Se não foram precisos sete anos para que passassem a existir 52 UTIs em França, temos de admitir que Portugal teria de esperar mais de 25 anos após a criação da primeira UTI para poder perfazer a cerca de meia centena de UTIs em 2002. Actualmente, em 2010, existem 155 UTIs registadas na RUTIS.



As Universidades Seniores têm por objectivos:

- Incentivar a participação e organização dos seniores, em actividades culturais e de lazer.
- Divulgar a história, as ciências, as tradições, a solidariedade, as artes, a tolerância, os locais e os demais fenómenos sócio-culturais entre os seniores.
- Ser um pólo de informação e divulgação de serviços e direitos dos seniores.
- Desenvolver as relações interpessoais e sociais entre as diversas gerações.
- Fomentar o voluntariado, na e para a comunidade.
- Trabalhar em articulação com outras instituições, particulares ou públicas.

Para além das "actividades curriculares" (outra designação dada às disciplinas em algumas UTIs) existem as actividades a que denominam "extra-curriculares". Estas englobam visitas de estudo, palestras, conferências, seminários, com uma periodicidade mensal, em muitos casos. Na sua esmagadora maioria, as UTIs são associações sem fins lucrativos.

Em determinadas UTIs foram incorporados certos rituais académicos, constituindo momentos de convívio, de sociabilidades e de socialização como é o caso da abertura do ano com uma "lição de sapiência" (o ritual mais comum), ou da semana académica, ou do encerramento do ano "lectivo". Parece haver uma lógica de academização das UTIs, visível nas actividades e no próprio modelo curricular que desenvolvem, assim como um mimetismo em relação à instituição universitária, que se traduz pela própria designação de Universidade da Terceira Idade e pelos rituais académicos.

Mais que uma resposta educativa as UTIs são um projecto social de inclusão dos seniores e de desenvolvimento e animação comunitária. São inúmeros os exemplos de UTIs que nos seus locais desenvolvem novos projectos de cidadania, de intervenção cultural, cívica e artística e de preservação dos saberes, experiências e histórias. A Escola Sénior do Mundo Rural de Arraiolos é um modelo óptimo de activação e reactivação de locais de convívio tradicionais e de aprendizagem. Por norma quanto menor for a vila ou cidade de implementação da UTI, maior é o impacto local que esta tem.

São vários os estudos realizados (ver www.rutis.pt em Investigação) que mostram que as UTIs tem um impacto bastante significativo na melhoria da qualidade de vida dos seniores, com reflexos na saúde individual e colectiva.

As UTIs são um caso de sucesso na participação dos seniores na sociedade quer do ponto vista educacional, social e cultural.

Luís Jacob

Presidente da Direcção da RUTIS

Objectivos

Perante as proporções que o envelhecimento populacional atinge, um dos grandes desafios que se coloca hoje às sociedades consiste em permitir que as pessoas desfrutem de uma vida activa durante o maior tempo possível, como também que possam usufruir de uma velhice com qualidade de vida.

A garantia do direito a envelhecer com dignidade e segurança é consagrada em diversas recomendações e orientações internacionais neste âmbito, sendo dada especial relevância às questões da formação e do meio envolvente do idoso.

Assim, este Manual tem como objectivos:

- Partilhar a experiência e disseminar a metodologia que levou à criação da Escola Sénior do Mundo Rural;
- Contribuir para melhorar a eficácia e qualidade da oferta de serviços de animação dirigidos a idosos;
- Promover o desenvolvimento de acções que contribuam para o bem estar e envolvimento das pessoas idosas na sociedade;
- Dar visibilidade ao papel do Monte enquanto promotor do desenvolvimento local.



Destinatários

Tendo em atenção os objectivos delineados para o presente Manual, o mesmo destina-se a:

- Profissionais que trabalham na área de animação de idosos e pretendam usufruir de uma experiência prática;
- Entidades que pretendem desenvolver actividades dirigidas a séniores residentes em meios rurais;
- A todos os séniores e parceiros que fizeram parte deste projecto.



Metodologia

O presente Manual Metodológico encontra-se dividido em dois capítulos:

A primeira parte faz o enquadramento sobre o conceito de "Envelhecimento Activo" e alguns temas associados, com o suporte de comunicações dos intervenientes no Seminário "Idosos numa Nova Cidadania: Universidades Sêniores e Espaços de Acção", realizado em Junho de 2008, no âmbito das actividades da Escola Sénior do Mundo Rural.

O segundo capítulo versa sobre a experiência do "nascimento", até à implementação e desenvolvimento da Escola Sénior do Mundo Rural. Os textos são complementados com ilustrações fotográficas dos temas abordados, bem como por "janelas" que partilham a nossa experiência.

No âmbito da conclusão é feita uma abordagem sobre a sustentabilidade deste tipo de projectos, bem como algumas considerações de âmbito geral.



The background of the slide features silhouettes of people in a lecture hall. In the top right, a person is seen from the back, looking towards the front. In the bottom left, a person is seated, looking at a laptop screen. In the bottom right, a person is seen from the back, looking towards the front. The silhouettes are dark against the light blue background.

Capítulo I

Da Teoria...

"Envelhecimento Activo: Questões das Sociedades Contemporâneas"

Maria de Lurdes Quaresma

Coordenadora da Pós-Graduação em Gerontologia do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (2008)

RESUMO: Este artigo procura trazer um novo olhar à análise do envelhecimento, dando ênfase à componente oportunidade-conquista das sociedades contemporâneas e desconstruindo o paradigma centrado na idade. A partir de estudos nacionais e internacionais tem como objectivo contribuir para a análise dos modelos de transição actividade profissional/reforma, relevando diferentes factores que influenciam e diferenciam estes processos. As importâncias das políticas de envelhecimento activo são tratadas numa óptica de promoção de igualdade de oportunidades, incluindo as pessoas em situação de maior dificuldade. A garantia do direito a envelhecer com dignidade e segurança constitui um outro eixo de análise, enquadrado nas recomendações e orientações internacionais neste âmbito, sendo dada especial relevância às questões da formação e do habitat.

A questão demográfica e a variável idade

As Sociedades Modernas transformaram os papéis de tudo em nós, (Olievenstein, 1999).

A revolução demográfica é um dos fenómenos mais marcantes das sociedades contemporâneas. O envelhecimento demográfico abrangendo todo o planeta é uma das mudanças sociais mais importantes do sec XXI. Não só a população mundial tem um acréscimo impar – 2 535 milhões de habitantes em 1950 para 6671 milhões em 2007- como a percentagem de pessoas com 60 e mais anos evoluiu no mesmo período de 8% para 11%. As projecções para 2050 (ONU, 2007)¹ segundo as hipóteses média e

constante, apontam para um nº de habitantes do planeta entre 9191 milhões e 11 858 milhões, correspondendo no primeiro cenário a uma percentagem de 22% para as pessoas com 60 e mais anos, consequente aos ganhos em esperança de vida que para esse horizonte temporal se estimam em cerca de oito anos.

Estas profundas mudanças, como sabemos, não se distribuem de forma homogénea. A dispersão observada acompanha as grandes desigualdades de desenvolvimento entre regiões e entre países. De qualquer forma, as projecções da ONU são expressivas no que concerne o aumento da população nos países menos desenvolvidos, os quais poderão passar de 804 milhões em 2007 para, respectivamente e de acordo com hipótese média ou constante, 1742 milhões ou 2794 milhões em 2050.

No espaço europeu, as estimativas apontam para um Europa a perder peso populacional (731 milhões em 2007 contra 664 ou 626 milhões em 2050 conforme se considere cada uma das hipóteses acima referidas), a par de um aumento significativo do envelhecimento demográfico: uma pessoa em cada três terá 60 anos em 2050 e uma em cada dez terá 80 ou mais anos. No caso francês, e apesar da França ser um dos países com melhor comportamento face à fecundidade, em 2015 as pessoas com 50 e mais anos corresponderão a 40% da população.

Por outras palavras, estes cenários ao expressarem a boa notícia do aumento da esperança de vida, evidenciam a necessidade de mudarmos o olhar sobre o envelhecimento, corrigindo a deriva categorial com que temos tratado estas questões.

Os factores que aceleram a história das sociedades contemporâneas (a tecnologia, a informação, o desenvolvimento das relações em espaço virtual, a mobilidade, a sobreposição de papeis e dos estatutos) condicionam as nossas vidas e "produzem" trajectos cada vez mais heterogéneos e singulares.



Como salientam Puijalon e Trincaz, 2000², "As etapas da vida já não são consideradas como etapas sucessivas duma história de vida única, mas como grupos sociais a gerir".

Em contraditório, a idade emerge, cada vez mais, como um marcador secundário das nossas identidades³. A idade como construção social subjectiva, que evolui com o tempo e com o espaço, marca as vidas dos que experienciam estas mudanças nas nossas sociedades. Cada um pode ter, em simultâneo, várias idades: idade social (estatuto), idade social geracional (pertença socio.histórica), idade biológica, idade cronológica...)

A dessincronização crescente do ciclo de vida assim o demonstra. O marcador biológico da idade – a fadiga física – tinha uma relação directa com o marcador sociológico – a reforma. Hoje, recuou o limite biológico, conseqüente às melhorias das condições de vida, ao mesmo tempo que avançou o limite sociológico pela tendência à exclusão do mercado de emprego a partir dos 50 anos. A velhice alonga-se se considerarmos o aumento dos anos de vida ou contrai-se considerarmos o tempo em que diminuem as capacidades de realizar, sem ajuda, as actividades da vida quotidiana.

Alguém, no dia em que fazia 75 anos, a quem perguntaram se se considerava velho adulto ou jovem velho, respondeu: "Estou-me nas tintas. Não estou descontente com a minha data de nascimento".

Envelhecimento/Oportunidade para a Sociedade e para os Indivíduos

O (re) conhecimento do novo capital social formado pelas gerações que experienciam uma vida adulta prolongada é hoje um objecto do maior interesse para a gerontologia social. Sendo este fenómeno relativamente recente, pouco sabemos acerca dos adultos que tendo chegado à cinquentena projectam o futuro e investem em novas formas de participação social, cultural e cívica, expressão de expectativas, aspirações e potencialidades dos mais velhos.

No caso português, os recém reformados representam uma geração



fortemente diferenciada em termos de acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal, de qualificação e de rendimentos, quando comparada com a geração das pessoas muito idosas (80 e mais anos). Este contraste, embora evidente, é mal conhecido naquilo que reflecte em termos das reconstruções identitárias resultantes das formas de transição trabalho/reforma e consequentes repercussões nos percursos destas novas gerações.

A pesquisa a prosseguir neste território constitui, assim, uma oportunidade não só para aprofundar o conhecimento sobre estas novas realidades, como para conhecer a importância relativa dos factores associados à idade e dos factores sociais, culturais e económicos associados aos percursos identitários, nos processos de envelhecimento.

A análise das diferenças geracionais pode dar um forte contributo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos associados à idade, deixando de imputar à idade o que resulta sobretudo de factores contextuais: sociais, culturais e políticos.

O que neste momento está em causa, para alguns autores⁴, é um ciclo de vida que aos tempos da formação, produção e repouso acrescem mais três tempos: transição profissional (entre formação e participação na produção); transição social (entre reforma e velhice); grande velhice, como ultimo tempo do ciclo de vida. Cada um destes tempos varia, para cada um de nós, no tempo e na forma, consoante outros factores: educação, formação, acesso a oportunidades e género. O que alarga o leque de combinatórias/recomposições ao longo da vida e dá lugar à complexidade e heterogeneidade crescentes dos percursos individuais.

"Cada vez menos a idade pode ser considerada como atribuindo aos indivíduos características económicas e sociais invariantes. Donde, como falar do futuro das reformas e dos reformados partindo somente da análise dos comportamentos e das práticas dos reformados de hoje?", Guillemard, 2001⁵

Envelhecer com Projecto. A Formação ao Longo da Vida

As recomendações da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento⁶ definem como eixos prioritários da orientação política: o princípio da participação na vida social, económica e política, a par do acesso a oportunidades de emprego, com horários e condições de trabalho adequadas, protecção adequada das pessoas idosas mais pobres, no respeito pela sua dignidade e integridade, protecção contra as formas de exploração de que podem ser alvo, assegurando o respeito pelos seus direitos fundamentais

Aliás, o Tratado de Amesterdão⁷, ao determinar a eliminação das formas de segregação pela idade, (artº13), e ao consignar a necessidade de garantir a inclusão de todos, promovendo as medidas de discriminação positiva necessárias à não exclusão social dos mais desfavorecidos seja qual for a idade, sexo, religião ou etnia, (artº 137) constitui um instrumento vinculativo da orientação política neste domínio.

Por outras palavras, o capital social que os adultos mais velhos representam releva a importância da partilha do património cultural, científico e técnico quotidianamente construído.

Uma perspectiva pró-activa da gestão do envelhecimento dos indivíduos assenta nas suas capacidades e iniciativas, o que quer dizer no planeamento da nova fase que se avizinha, conferindo à formação um papel central.

A formação é, neste contexto, considerada oportunidade para a construção do envelhecimento como experiência positiva, mais consentânea com a conquista da longevidade que marca o século XXI.

Ora, se considerarmos que estes processos são sequenciais, pois acompanham os percursos individuais, a problemática da formação ao longo da vida assume especial relevância em especial das pessoas com mais de 50 anos. Ela está claramente associada às questões do emprego mas também à manutenção de uma actividade profissional, social ou cultural na pós-reforma.



Trabalho recente da Comissão Europeia (2005)⁸ dá conta da participação das pessoas dos diferentes grupos de idades na formação (%). A média europeia (25 países) é de 50% para o grupo 24-34 anos e 30% para o grupo 55-64 anos, apresentando Portugal percentagens superiores, respectivamente 54% e 33%, embora no que concerne a educação permanente associada à formação no grupo 25-64, as percentagens sejam menos favoráveis para Portugal quando comparadas com a Finlândia, França, Alemanha, Holanda e Inglaterra. As médias destes países estão entre 46% e 50% na formação contínua (1999), não ultrapassando Portugal 17%. Aliás, a participação dos trabalhadores do grupo de idades 55-64 na formação situava-se em 7,4%, no caso português (2002)⁹. Da mesma forma, os dados do Terceiro Inquérito às Condições de Trabalho (2000) situam Portugal a grande distância destes países. De acordo com a mesma fonte, Portugal apresenta situação bem desfavorável em termos de qualificações acima do secundário nos diferentes grupos de idades (35% no grupo 25-34, 20% no grupo 35-44, 14% no grupo 45-54 e 8% no grupo 55-64, sendo que a média da OCDE é respectivamente 75%, 69%, 61% e 50%, próximas das médias da maioria dos países europeus).

Sem dúvida, estamos perante o desafio de um esforço acrescido. Se por um lado as mudanças ao nível das expectativas e motivações face ao viver mais anos revelam a consciência da importância do projecto individual, envelhecer com projecto é indissociável da promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação pela idade e por género, no acesso à qualificação, ao emprego e à formação. O que interpela a iniciativa política consequente.

Envelhecimento e Reforma: que Estratégias?

A reforma, como sabemos, é um marco significativo do percurso individual e a pós-reforma vem assumindo uma importância crescente na vida dos indivíduos. A saída cada vez mais precoce do mercado de emprego, transformou-a numa nova etapa, bem antes de chegarmos à velhice. A reforma pode marcar um processo de isolamento social e de desvalorização individual, definido como "desinvestimento", gerador de "perda do sentido de relação com a sociedade" (Guillemard, A.-M)¹⁰. Ou, ao contrário, iniciar uma recomposição activa dos papéis sociais. A par das estratégias centradas na vida familiar e no consumo (passagem de produtor na vida activa a reformado consumidor), outras podem orientar-se para o investimento numa forma de actividade criadora, socialmente reconhecida, funcionando como estruturante da actividade do sujeito, tal como o tinha sido a actividade profissional. As condições e hábitos de vida ao longo da existência, e em especial o período a montante da reforma, têm um papel determinante neste processo. Mas, para todos, a saída do mercado de trabalho corresponde a um repensar e repensar-se face à família, aos amigos, à sociedade (Micael Pereira).

A transição actividade profissional/reforma, o pós reforma e a velhice, correspondem a percursos cada vez mais longos, mais heterogéneos e mais diferenciados, em que a variável género tem expressão significativa. As saídas mais precoces das mulheres da vida profissional aparecem associadas a razões de desemprego, saúde ou obrigações familiares, factores que estruturam também períodos de transição pela via da protecção do desemprego e da doença para um numero significativo de pessoas entre os 50 e 64 anos. Assim, se no caso das mulheres estamos perante fortes descontinuidades nas carreiras profissionais e contributivas com repercussões na situação pós reforma, a "espera pela reforma" através da protecção do desemprego ou da doença, significa um período de transição igualmente marcado por desigualdades de acesso ao emprego e à qualificação profissional que não deixarão de influenciar negativamente a nova etapa da vida que se aproxima. Tendências, aliás, igualmente observadas entre países da OCDE e da UE. Poderemos perguntar-nos se o sucesso e/ou a simples possibilidade de investir na recomposição dos papeis, como já referimos, não poderá ser posto em

causa se se acentuar ou persistir a divergência entre a idade social "medida" pelo estatuto com que a sociedade reconhece e dá valor a cada indivíduo, e a idade social/geração (capital de conhecimento temporalmente signficante) que não deixa de acompanhar o relógio da idade.

Como diz Alan Walker¹¹, o que está em causa é uma visão estratégica global, flexível, preventiva e participativa da orientação política neste domínio, a qual, e citamos, " deve assumir um equilíbrio entre direitos e obrigações. Por outras palavras, esta estratégia deve ser multidimensional, aplicável ao indivíduo e à sociedade, de forma integrada. Os indivíduos devem tirar partido das possibilidades de educação permanente e de formação contínua, promover a sua própria saúde e bem-estar ao longo de toda a vida"



Envelhecimento Activo – estratégia de inserção social dos indivíduos e estratégia de coesão social nas sociedades fortemente envelhecidas

Em 2002, OCDE¹² vem a definir envelhecimento activo como: "a capacidade das pessoas que avançam em idade terem uma vida produtiva na sociedade e na economia que quer dizer que possam determinar a forma como repartem o tempo entre as actividades de aprendizagem, o trabalho, o lazer e os cuidados a outros."

O envelhecimento activo, nesta perspectiva, é essencialmente uma experiência individual que assenta na possibilidade dos indivíduos poderem optar por manter uma actividade remunerada ou não, mantendo assim a sua ligação à sociedade em geral e à sua comunidade, em particular.

O projecto de uma vida adulta prolongada revela-se um desafio pessoal – quem sou eu, onde estou, para onde vou (Micael Pereira). É exigente: exige esforço, é expressão de liberdade e de autonomia, está associado ao conceito de progresso, tenta controlar o futuro, altera a percepção do tempo e permite encarar a realidade como relacional.

Alguns teóricos do PROACTIVE AGEING¹³ têm identificado comportamentos que classificaram como mais favoráveis, com efeitos positivos

no envelhecimento e na prevenção dos riscos: riscos sociais (isolamento e solidão); riscos ambientais (barreiras, habitação desadequada); riscos de saúde (incapacidades e dependências)

Esquemáticamente, agrupam-nos em dois grandes grupos que resultam do entrosamento entre o potencial do indivíduo e as oportunidades que o colectivo oferece:

- Internos (auto-estima, capacidade de relação com os outros, satisfação pessoal.)
- Externos (rendimentos, redes de inserção, acesso à tecnologia, acesso aos cuidados de saúde, a serviços de proximidade).

Os primeiros estão associados às redes de sociabilidade, intergeracionais e intrageracionais. Uma e outras são da maior relevância na prevenção da solidão e isolamento social. As relações intergeracionais inscrevem-se essencialmente no círculo familiar, mas abrangem hoje outras formas de convivência que podem reforçar o sentido da utilidade social dos mais velhos e o reconhecimento do seu papel na sociedade, como é o caso das actividades de voluntariado. A par destas formas de sociabilidade, emergem as relações horizontais, numa lógica de associação por interesses, por afinidades e pertença geracional. Constituem redes de suporte extra familiares, sustentam e viabilizam a participação cívica e cultural, entre as quais as associações de reformados e as academias seniores são expressões relevantes.

A segunda ordem de factores enunciados é essencialmente da responsabilidade colectiva. Inserem-se, por um lado, no quadro da oferta de oportunidades e, por outro lado, na esfera da protecção social: preventiva, curativa e reparadora.

Globalmente, reforçam claramente a componente preventiva, pondo em evidência a necessidade de investimento na informação e na formação como estratégia de empoderamento dos indivíduos que avançam em idade e fazem a transição trabalho profissional/reforma. Valorizam o papel social, económico e cultural destas pessoas, enfatizam a prevenção/controlar dos riscos ao longo do percurso de vida, sem minimizar a protecção dos riscos.



Podemos considerar que se enquadra aqui o facto do envelhecimento activo representar uma estratégia de governação dos sistemas de segurança social, em especial na Europa, de forma a retardar e /ou a evitar as saídas precoces do mercado de emprego.

A arquitectura dos sistemas de protecção social adequada a um ciclo de vida que se reestrutura e se alonga, não pode deixar de acolher uma estratégia de envelhecimento activo, alicerçada no direito a envelhecer com dignidade e segurança. Questão que à partida sugere algumas dificuldades, nomeadamente ao nível da fixação da idade da reforma.

Se é verdade que as pessoas explicitam a vontade de permanecerem activas, é menos evidente que o possam fazer mantendo uma relação contratual estável no mercado de emprego, tal como já enunciámos no ponto anterior a propósito das saídas precoces do mercado de emprego e das estratégias sustentadas no desemprego de longa duração e/ou nas "baixas" por doença.

A forte pressão sobre o sistema de segurança social é evidenciada, a título de exemplo, com os dados sobre a evolução dos pensionistas de velhice, no caso português¹⁴. No horizonte 1990-2020, as estimativas apontam para um aumento de cerca de 60% deste grupo, ao mesmo tempo que os pensionistas de sobrevivência aumentam 100% (certamente devido à maior longevidade das mulheres, sobrerrepresentadas neste tipo de prestação social). Assim sendo, parece essencial, ao nível da iniciativa política, a estruturação de soluções que combinem o

estímulo ao emprego e a melhoria das qualificações sociais, a par da protecção social e da promoção inequívoca dos direitos e condições de trabalho decente. O que quer também dizer, combinar a oferta de emprego com formação, eliminando as formas de segregação pela idade, como se determina no Tratado de Amesterdão a que já nos referimos.

Princípios a privilegiar na definição das políticas e das formas de intervenção – não estandardizada, flexível, inovadora, potencializadora do desenvolvimento pessoal .

Questões em aberto a merecerem estudo aprofundado e que não são certamente displicentes para a análise das questões associadas à gestão das carreiras, com especial importância para os trabalhadores seniores, confrontados com o imperativo de "converter a sua experiência em potencial", ou seja, como refere Daniel Réguer¹⁵ "construir um projecto profissional de acordo com o seu projecto de vida".

No fim de carreira, a capacidade de relativizar os limites impostos e de valorizar outras dimensões, poderá facilitar a recomposição dos papéis, com efeitos num registo positivo do envelhecimento.

Políticas de Envelhecimento Activo

As múltiplas questões a enfrentar colectivamente, decorrentes das mudanças na estrutura das populações com alongamento da vida adulta, transversais a esta reflexão, já vêm sendo identificadas: emprego, financiamento das reformas, modos de vida, relações sociais, solidariedades e cooperação entre gerações, habitat, cobertura dos riscos de saúde, para citarmos as mais significativas.

Os estudos sobre o envelhecimento, em especial a partir dos anos 80 do século findo, incidiram particularmente sobre o processo de desenvolvimento humano ao longo da vida. WALKER, 2002¹⁶ Neste contexto, os trabalhos sobre a relação entre situação de saúde e o desenvolvimento de uma actividade/participação social vieram pôr em evidência a importância destas no envelhecer saudável WALKER, 2002¹⁷, através da identificação de factores que intervêm positivamente no processo de envelhecimento dos indivíduos.

Entronca aqui a noção de envelhecimento activo, que vimos referenciando, a qual tem fundamentado um conjunto de recomendações e de orientações das organizações internacionais face à reorientação das políticas. Como decorre da reflexão que aqui desenvolvemos, este conceito rompe com os parâmetros etários com que se têm trabalhado as questões do envelhecimento e alarga-o a outros patamares da vida adulta. Condições e hábitos de vida ao longo da existência constituem objectos privilegiados dos estudos, das políticas e da intervenção.

Na área das políticas sociais, segundo a OCDE¹⁸, «as reformas a emprender nas políticas devem-se articular segundo quatro eixos: prevenção; detecção precoce de problemas, concentrando-se nas fases críticas da existência; maior liberdade de escolha e maior responsabilização face ao seu próprio futuro; implementação de serviços de melhor qualidade através da cooperação entre diferentes intervenientes no terreno. A política deve ter em conta o continuum da existência, partindo do conhecimento sobre o desenvolvimento e envelhecimento humano e privilegiando a intervenção nas idades jovens, sabendo-se que as políticas têm efeitos no futuro dos indivíduos.»



O conceito de envelhecimento activo lança, assim, as bases para uma política de envelhecimento, mais abrangente sem deixar todavia de integrar a protecção social da velhice. Podemos afirmar que esta evolução se apresenta como irreversível face à necessidade de integrar os progressos de longevidade no processo de desenvolvimento social, econó-

mico e cultural de cada sociedade. Melhorar os níveis de saúde, de escolarização/qualificação e de acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal ao longo da vida, são factores essenciais de sustentabilidade de sociedades com aumentos da longevidade sem paralelo na história.

Implementar uma política de envelhecimento obriga, repetimos, a um esforço decidido no sentido da eliminação das formas de segregação pela idade.

Políticas de emprego, de formação ao longo da vida, de rendimentos, de informação, de acesso a cuidados de saúde, (preventivos, curativos e de reabilitação) e de acesso a serviços sociais, entendem-se como estratégias de promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos de todas as idades.

Ou seja, a par da previsível oportunidade de aumento da oferta de emprego para os trabalhadores mais velhos decorrente do decréscimo da população activa jovem, também é evidente a tendência para uma crescente exigência em termos de qualificações, o que faz da formação ao longo da vida uma das grandes prioridades quer para os indivíduos quer para a sociedade e para as políticas sociais.

Aliás, é interessante referir alguma informação disponível indicativa da evolução em curso noutros países e regiões, relativa à actividade profissional dos mais velhos.

Segundo EUROSTAT, 2000¹⁹, a percentagem dos homens do grupo de idades 60-64 anos com trabalho em part-time em 1998, apresentava valores significativos na Finlândia 25.9%, na Holanda 35.4%, na Suécia 24.4%, em Inglaterra 18.5%, Alemanha 8.9%, e Itália 5.0% no espaço europeu. No âmbito da OCDE, Japão 22.7, EUA 16.1 e Canadá 15.4% são países referenciados no trabalho que citamos. Significativo é, por outro lado, o facto destes níveis de emprego corresponderem em alguns países a elevada representação deste grupo relativamente ao total de pessoas empregadas em part time: 95% Alemanha, 91% Suécia, 89% Inglaterra, 64% USA, 47% Canadá, 54% Japão e 25% Finlândia. As tendências que estes dados evidenciam não são indiferentes aos diferentes sistemas de protecção social (que podem favorecer ou não a articulação entre trabalho e pensão) e também à adesão ao trabalho em part time ao longo

da vida, como é o caso da Holanda, que apresenta níveis elevados em todos os grupos de idades.

A leitura destes dados é, sem dúvida, desafiante para a investigação e para as políticas: estamos perante comportamentos face ao emprego em idades que ultrapassam em muito o que hoje é considerado como trabalhador idoso, facto associado a contextos nacionais com elevadas taxas de escolarização para o conjunto da população, como já atrás referimos.

Políticas de Envelhecimento Activo e Inserção

As políticas de envelhecimento activo são sustentadas e orientadas numa lógica de empoderamento dos indivíduos. Ao valorizar os atributos pessoais, estas políticas podem enviesadamente favorecer a dicotomia autónomo/dependente.

Walker²⁰ chama a atenção para este risco, opondo a noção de desenvolvimento das capacidades, a que todos têm direito, subjacente a este conceito. Por outras palavras envelhecer de forma activa deve ser entendido como um direito e um dever que a todos congrega: indivíduos pelo incentivo à cidadania, colectivo pela assumpção de políticas integradoras, de discriminação positiva (anti agismo, anti exclusão), de garantia do direito à autodeterminação e à participação na vida das comunidades e da sociedade, e bem assim à oferta de cuidados adequados à preservação da autonomia, quando esta se apresenta deficitária ou em risco de perda.

Voltando a citar WALKER²¹, "todas as pessoas idosas, mesmo as que estão em situação de dependência, devem poder envelhecer permanecendo activas". É necessário precavermo-nos contra o risco de privilegiar as pessoas idosas mais jovens em detrimento das pessoas muito idosas e ter bem presente que a relação entre actividade e saúde (nomeadamente a estimulação mental) mantém-se válida para @s muito idosos@s". A ênfase nas medidas reparadoras não deve ser subestimada, ao mesmo tempo que um claro investimento na prevenção da doença, das incapacidades e da perda das competências constitui um eixo da maior importância

A promoção de medidas que favoreçam a autonomia e a iniciativa individual é, para WALKER²², uma estratégia a implementar numa lógica de parceria entre o cidadão e a sociedade, na partilha das responsabilidades e no respeito pelos direitos sociais que cabe à sociedade garantir de forma inequívoca.

O respeito pelos direitos de cidadania dos mais velhos, pelo princípio de autodeterminação, a garantia de rendimentos adequados e suficientes, o incremento de condições favoráveis à (re) construção e à não destruição das redes de sociabilidade, a promoção de medidas no âmbito dos serviços de qualidade, da acessibilidade e do habitat, são áreas centrais das políticas de envelhecimento.



A integração da componente ambiental na óptica do envelhecimento/desenvolvimento sustentado, para além das questões já enunciadas, exige uma atenção particular e aprofundada das questões urbanas. Uma boa parte dos seniores de hoje e a maioria dos seniores do futuro vivem e viverão nas nossas cidades.

Acessibilidades, adaptação do habitat, comunicação, serviços de proximidade, são eixos estratégicos orientados para a qualidade de vida de todos e consequentemente do envelhecimento de todos de forma activa, com dignidade e segurança.

A Conferência de Helsínquia, 1999²³, é um marco importante das preocupações da EU nesta matéria. Das conclusões são de salientar:

- As condições habitacionais não devem sabotar a situação de saúde e a autonomia das pessoas idosas. É desejável que a habitação para as pessoas idosas obedeça a características e a normas específicas, designadamente em termos de projecto, sistemas de aquecimento, segurança e conforto, e ainda às características locais, tais como serviços de proximidade e outras facilidades num ambiente social e natural agradáveis, conducente à interacção de todas as pessoas de todas as idades.
- A habitação não deve ser considerada um objectivo separado das questões sociais, ambientais e urbanas.... Os cuidados e os transportes têm impactos significativos na capacidade das pessoas idosas viverem de forma independente.

Aliás, a Carta Social Europeia, Artº 23 (Revisão de 1996) já tinha integrado a componente habitat no conjunto dos direitos das pessoas idosas:

- Direito das Pessoas Idosas a uma Protecção Social;
- Permitir às Pessoas Idosas permanecer o maior tempo possível como membros de parte inteira na sociedade.

Permitir às Pessoas Idosas escolher livremente o seu modo de vida e desenvolver uma existência independente no seu ambiente habitual tanto tempo quanto o desejam e seja possível, através de:

- Oferta de habitação apropriada às suas necessidades e estado de saúde ou ajudas adequadas com vista à adaptação da habitação;
- Cuidados de saúde e serviços de acordo com o seu estado;
- Garantir às Pessoas Idosas que vivem em instituição a assistência apropriada no respeito pela vida privada e pela participação na determinação das condições de vida na instituição.

No mesmo sentido se enquadram as orientações expressas pela Comissão das Comunidades Europeias, 1999:

" Ao passo que os cuidados informais continuarão a desempenhar um papel, talvez ainda dominante, os serviços formais de prestação de cuidados adquirirão muito mais importância. Os serviços de reabilitação, a ajuda doméstica, a prestação de cuidados no domicílio, a habitação especialmente adaptada e os estabelecimentos de assistência de longa duração deverão ser desenvolvidos.

O maior recurso às tecnologias de "assistência" pode melhorar significativamente a autonomia e a qualidade de vida das pessoas idosas, mesmo as gravemente incapacitadas"



E, a ONU, HABITAT II, 1999, reforça a mesma ordem de preocupações:

"A qualidade de vida de todas as pessoas depende, para além de factores económicos, de factores sociais e espaciais das nossas aldeias, vilas e cidades.

O aparecimento de défices/incapacidades faz parte do percurso de vida. As pessoas com deficiências/incapacidades nem sempre têm tido oportunidade de participar plenamente e em situação de igualdade no desenvolvimento dos estabelecimentos humanos...os processos de decisão são muitas vezes geradores de barreiras sociais, económicas, comportamentais e físicas e conseqüentemente de discriminação

A Carta das Nações Unidas reafirma o compromisso para garantir a completa realização dos direitos humanos,...o direito à habitação adequada, como expressão da Declaração Universal dos Direitos Humanos"

Questões para a Intervenção Social

Como corolário do que vimos defendendo, a qualidade da intervenção social pode aferir-se pela libertação do sofrimento e do isolamento, pela dinamização/integração em redes de sociabilidade, pela promoção de projectos de valorização das capacidades dos indivíduos e do seu desenvolvimento pessoal e pelo fluxo das trocas interpessoais e intergeracionais.

Uma lógica de envelhecimento activo não deve confinar-se aos mais dinâmicos, aos mais autónomos, e dar lugar a novos estereótipos de "velho activo" e velho dependente".

Ao contrário, a intervenção social numa estratégia de envelhecimento activo, orienta-se para o benefício de todos ao contribuir para o reconhecimento do valor social dos que envelhecem e para uma maior visibilidade das trocas e da partilha do património económico, social e cultural entre gerações.

As formas de agismo acentuam as diferenças em função da idade, estigmatizando as perdas (de actividade económica, capacidades sensoriais e intelectuais, mobilidade e dinamismo social).

Os mais frágeis são facilmente reconhecidos como inúteis, sem préstimo e sem valor. E entre os mais frágeis estão os que mais precisam de ajuda e de cuidados, a prestar não de forma mecânica, mas com sentido, direccionados para a restituição das capacidades de relação, de gestão da vida projectada ou a projectar, através da escuta, do reconhecimento e do acompanhamento do outro na sua trajectória identitária.

A capacidade de conhecimento das pessoas e dos contextos em que elas se inserem, desconstruindo os preconceitos, as categorizações, as ideias feitas sobre envelhecimento e a velhice, consubstanciam, sem dúvida, o sentido da inovação nos territórios da gerontologia social.

O que está em causa é a noção de valor da pessoa, seja qual for a idade, o estatuto ou qualquer outro atributo.

Envelhecer com Projecto.

A Formação ao Longo da Vida

As recomendações da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento²⁴ definem como eixos prioritários da orientação política: o princípio da participação na vida social, económica e política, a par do acesso a oportunidades de emprego, com horários e condições de trabalho adequadas, protecção adequada das pessoas idosas mais pobres.

Garantir dignidade e segurança no processo de envelhecer é indissociável da valorização do desenvolvimento das capacidades e das competências sociais dos indivíduos, reconhecimento a que cada pessoa tem direito.

Na senda destas reflexões, os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto PAQUID²⁵ são consistentes com o que vimos referindo: as pessoas mais escolarizadas estão duas vezes mais representadas entre as pessoas autónomas mais velhas. O que nos permite afirmar que os níveis de autonomia e de bem-estar nas idades avançadas estão associados a melhores níveis de escolarização e de participação social

Ou seja, à medida que avançamos no conhecimento sobre o envelhecimento humano, mais vamos sabendo sobre a importância do desenvolvimento das capacidades individuais na qualidade destes processos. A própria experiência de envelhecimento activo vem pondo em evidência a relevância deste factor, o que certamente constituirá uma exigência acrescida para todos os que no seu quotidiano põem o seu saber e experiência ao serviço dos mais velhos e dos que vão envelhecendo.

"O movimento do presente para o futuro, quer dizer, a acção mesma, é induzido pelos valores, crenças, fins e ideais que o sujeito prossegue.

O tempo vivido é a consciência mesma da acção porque é a consciência actual de desejar um futuro concebido como desejável" Misharhi, 2006



- ¹ ONU, 2007
- ² PUJALON, B, TRINCAZ J., 2000, Le droit de vieillir, Ed Fayard
- ³ REGUER, D. (Org.), 2007, Vieillissement Et Parcours De Fins De Carrière: Contraintes Et Stratégies, , Ed. Érès
- ⁴ LEGRAND, MONIQUE E OUTROS, 2001, La retraite: une révolution silencieuse, ED ÉRÈS
- ⁵ GUILLEMARD, ANNE-MARIE, 2001, La retraite: une révolution silencieuse, ED ÉRÈS
- ⁶ ONU, CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Regional Implementation strategy for the Madrid Internacional Plan of Action on Ageing 2002
- ⁷ TRATADO DE AMESTERDÃO, 1997
- ⁸ EC, 2006, AGEING AND EMPLOYMENT, www.ec.europa.eu/employment
- ⁹ CENTENO, L.G., 2006, "Envelhecimento e Barreiras da Idade no Emprego", Cadernos Sociedade e Trabalho, VII,
- ¹⁰ GUILLEMARD-A, 1991, La retraite en mutation, Recherche FEN
- ¹¹ WALKER, ALAN, 2002, Vieillir en restant actif, Revista Internacional de Segurança Social, vol 5
- ¹² OCDE, 2000, Des Réformes Pour Une Société Vieillissante
- ¹³ KHANA, E outros autores, 2003, Emerging Lifestyles and Proactive Options for Successful Ageing, International Ageing, 2003, 2
- ¹⁴ IEFP, 2007, Envelhecimento e perspectivas de criação de emprego e necessidades de formação para a qualificação de recursos humanos, Estudos, 37
- ¹⁵ REGUER, D. (Org.), 2007, Vieillissement Et Parcours De Fins de Carrière: Contraintes Et Stratégies, Ed. Érès
- ¹⁶ WALKER, ALAN, 2002, Vieillir en restant actif, Revista Internacional de Segurança Social, vol 5
- ¹⁷ Idem
- ¹⁸ OCDE, 2000, Des Réformes Pour Une Société Vieillissante
- ¹⁹ EC, 2006, AGEING AND EMPLOYMENT, www.ec.europa.eu/employment
- ²⁰ WALKER, ALAN, 2002, Vieillir en restant actif, Revista Internacional de Segurança Social, vol 5
- ²¹ Idem
- ²² Idem
- ²³ EU, 1999, Conferência Helsínquia
- ²⁴ ONU, CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Regional Implementation strategy for the Madrid Internacional Plan of Action on Ageing 2002
- ²⁵ K.PÉRÈS, P.BARBERGER-GATEAU, 2001, Évolution de l'incapacité entre 75 et 84 ans, suivi de deux générations à travers l'enquête PAQUID, Le Grand Âge, Gériatologie et Société, Ed.FNG

Outras referências bibliográficas:

- CENTENO, L.G, 2006, ENVELHECIMENTO E BARREIRAS DA IDADE NO EMPREGO, Cadernos Sociedade e Trabalho, VII, 2006
- CORTE, BELTRINA et all, 2006, ENVELHECIMENTO E VELHICE, Um Guia para a Vida, ED VETOR EDITORA, S. Paulo, 2006
- DURANDAL, J.PH., 2003, LE POUVOIR GRIS, ED PUF, 2003
- HENRARD, J-C., 2002, LES DÉFIS DU VIEILLISSEMENT, ED, La Découverte, 2002
- Fondation Eisaï, Colectivo, PENSER LE TEMPS POUR LIRE LA VIEILLESSE, ED PUF, 2006
- GUILLEMARD, A-M, 1991, La retraite en mutation, Recherche FEN
- GUÉRIN, SERGE, 2006, L'invention des seniors, Ed Pluriel
- LALIVE D'ÉPINAY, 1991, Vieillir ou la vie à inventer, Ed. Logiques Sociales, L'Harmattan
- QUARESMA, ML, Fernandes A.A, FERREIRA, D, PEREIRA, M, 2004
- O SENTIDO DAS IDADES DA VIDA, interrogar a solidão e a dependência, Ed CESDET, 2004
- QUARESMA, ML, E GRAÇA, S, 2006, EVOLUÇÃO DAS ASPIRAÇÕES E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO ENVELHECIDA- NOVAS PERSPECTIVAS DE ACTUAÇÃO E INTERVENÇÃO, Cadernos Sociedade e Trabalho,VII,2006
- SCHLEIERMACHER, FRANCK, 2006, LE RÉVEIL DE MATHUSALEM, L'avenir appartient à ceux qui savent vieillir, Ed Robert Lafont, 2006

Idosos E Cidadania – – Do Número à Qualidade

José Ramalho Ilhéu

Professor Universitário (2008)

Introdução

A intervenção prevista para este Seminário sobre "Idosos numa nova cidadania – Universidades Seniores – Espaços de Acção " levou a escolher o tema da cidadania, analisada sobre o ponto de vista da qualidade já que o número de idosos é uma realidade inquestionável em todo o mundo e cuja tendência é marcadamente de aceleração para o crescimento. As pessoas têm uma preocupação: viver o máximo tempo possível, conservando no seio da comunidade os papéis sociais que dão sentido à vida da pessoa, isto é, viver enquanto a vida valha mais do que a morte, embora essa valoração esteja ligada às formas de vida e ao ethos de cada grupo de pertença ou de referência. Uma vida com sentido é uma vida que satisfaça as necessidades individuais e sociais de pertença, integração e identificação com um grupo. Analisar a cidadania sobre o ponto de vista qualitativo é analisar as mudanças operadas a nível do estatuto da pessoa de idade, resultantes do facto da sociedade ocidental e industrializada valorar de forma diferente a actividade produtiva e a inactividade ou mesmo a actividade com finalidades estritamente sociais. A valoração da inactividade é distinta conforme se dá numa ou noutra etapa do ciclo de vida. Antes da entrada na vida activa a inactividade é vista como um investimento enquanto depois da vida activa é vista como uma despesa. Nas sociedades economicamente desenvolvidas, o trabalho é o elemento fundamental de integração social para a maioria dos indivíduos e a partir dele se constrói um "sentimento de valor" e uma "identidade pessoal".



As mudanças no estatuto social dos indivíduos não acontecem somente com a reforma, mas são inevitáveis e necessárias como consequência das mudanças mais amplas da sociedade: "Periodicamente, ao longo da vida, temos portanto que lançar fora uma parte de nós próprios, abandonar uma parte da sociedade que nos é familiar. Temos que nos perder para encontrarmos a estrada. Temos que voltar a ser viajantes, para chegar a um território desconhecido. Temos que reconquistar um lugar na sociedade, como se esta nos fosse estranha." (Alberoni, 1995: 112 - 113).

Envelhecimento activo

A saída do grupo dos activos corresponde a uma desvalorização social que pode conduzir a uma perda de "autoconfiança" e "autoestima" que influenciam a vida do indivíduo em aspectos que vão da higiene à alimentação; da saúde à participação social. Se a saída do trabalho provoca (pode provocar) uma quebra na "autoestima" e no "valor" do indivíduo podemos perguntar se a manutenção da actividades ou a sua substituição por outras não contribuiria positivamente para a existência de um moral elevado e um melhor bem-estar. Se a resposta for positiva, em que medida e proporção podem manter-se as mesmas actividades ou substituí-las por outras? Responder a esta pergunta permite "(...) elaborar políticas destinadas a evitar reacções patológicas e a favorecer a manutenção de uma boa qualidade de vida após a reforma"

(Poitrenaud et Al.;, 1988). Daí que se defenda hoje o envelhecimento activo que nada mais é do que permanecer activo ("a fazer coisas") mesmo quando se entra na fase da velhice. A aprendizagem ao longo da vida para permitir às pessoas adaptar-se às mudanças e exigências do mundo actual e futuro; a criação de condições para que continuem a participar na vida social; a adaptação do meio envolvente às suas necessidades e o acesso a mecanismos facilitadores da participação social são elementos de um envelhecimento activo.

Nas sociedades economicamente desenvolvidas, associa-se à velhice a estigmatização, a proximidade da morte, as doenças, a solidão, o isolamento... Por isso, é difícil a alguém aceitar este ciclo de vida com todas as características, perspectivando a evolução como um ciclo de crescimento e declínio, isto é, com ganhos e perdas. Trata-se de um status difícil de aceitar, pouco desejado e, essencialmente, imposto por outros, facto que não acontecia quando "ser velho" significava saber, respeito e poder.



Simbologia

Associada à velhice surge um conjunto de símbolos que as pessoas rejeitam, de forma aberta ou camuflada, através da alteração, por ex., das evidências externas. O recurso à cirurgia plástica e ao desporto por parte das pessoas de idade ou que se aproximam dessa etapa do ciclo de vida podem enquadrar, pelo menos em alguns casos, um comporta-

mento tipificador da rejeição do status da velhice. As pessoas de idade ao rejeitarem os símbolos da marginalidade são idênticas a todos os outros grupos ou colectivos que rejeitam os símbolos com a mesma significação a não ser que a marginalização traga com ela alguns benefícios o que não é, manifestamente na sociedade ocidental, o caso da velhice. O não reconhecimento dos símbolos faz com que a velhice não aceite uma cultura própria apesar do colectivo das pessoas de idade se reconhecer como tal. Se este colectivo aceita que os seus membros se refiram uns aos outros como "velhos", dificilmente aceita que os outros não pertencentes ao colectivo os chamem de "velhos" porque lhe atribuem uma significação pejorativa e traz à evidência a realidade que se pretende dissimular. Esta rejeição provoca, especialmente nos homens, uma saudade do mundo do trabalho não por aquilo que ele significava em si próprio mas pelo que representava de inserção na sociedade, nas relações sociais, nos rendimentos económicos. Por tudo isto, é possível afirmar que as modificações produzidas com a velhice dificilmente são aceites e interiorizadas voluntariamente, donde resulta a não criação pelo próprio colectivo das pessoas de idade de uma cultura própria que não fosse estigmatizante mas integradora e que fosse escolhida e não imposta por outros.

Utilidade social e capacidade funcional

Alguns dos problemas podem ser atenuados se, antecipadamente, houver uma preparação para esse novo ciclo de vida, se houver uma valorização social dos inactivos e uma mudança nos papéis atribuídos às pessoas de idade, isto é, uma valorização da utilidade social e não exclusivamente da utilidade económica o que se pode fazer através de actividades sociais de natureza não económica com importância decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos (ex.: voluntariado) que não sendo valoradas economicamente pela sociedade o são pela pessoa objecto dessa actividade de onde resulta a utilidade social do indivíduo prestador.

A transição faz-se de um papel social activo, caracterizado por uma capacidade funcional, por um status de produtor consumidor, por uma

independência económica, pela realização de objectivos profissionais e económicos, pela capacidade de desenvolver as suas aptidões, aumentar as suas relações sociais, dar resposta aos novos problemas e ser capaz de inovar, para um papel social com características inversas: passividade, capacidade funcional reduzida, status de consumidor-dependente sem que possa valorizar as suas capacidades, recursos económicos mais limitados, diminuição dos contactos sociais, resposta aos problemas baseada na experiência e maior preocupação em manter as suas actividades do que em desenvolvê-las, o que lhe dá uma imagem de conservador.

A idade da Reforma

A definição do estatuto resultante da reforma, assente esta na idade cronológica, não tem em conta as características individuais nem atende aos diferentes desgastes produzidos por diferentes profissões. Nesta lógica seria interessante que a reforma atendesse a estes factores de modo a possibilitar um tratamento diferenciado que respeitasse, sobretudo, as possibilidades individuais. Associado a este novo estatuto surge a perda de prestígio, a incapacidade e a dependência. A primeira resulta de uma sociedade que valora somente a utilidade económica, o saber e o respeito; a segunda resulta do estereótipo de que só é capaz de ser produtivo o indivíduo na posse de todas as suas capacidades. Neste sentido, a valoração do status passa por alterar o indicador idade como medida da incapacidade da pessoa, reconhecendo que todos, incluindo as pessoas de idade, devem ter acesso a novas oportunidades (formação, reciclagem) que lhes permitam não só suprir as possíveis incapacidades como manter e desenvolver as capacidades já existentes. Esta questão conduz-nos à seguinte pergunta: é a profissão que está ao serviço do indivíduo ou é este que serve a profissão? Hoje, as medidas tendentes à reforma, inclusive a pré-reforma, colocam o acento principal no serviço do indivíduo à profissão, de onde resulta um status desvalorizado, socialmente pouco visível e economicamente dependente.



A terceira (dependência) origina-se no facto do indivíduo deixar de receber um salário com o qual se identifica um valor, uma actividade e uma autonomia para receber uma pensão com o qual se identifica uma inactividade, uma dependência e uma passividade. Esta, a pensão, já não depende do indivíduo mas de outros. O seu montante, a sua forma ou a sua natureza serão determinados sem que possa intervir ou controlar o processo.

O status da pessoa de idade caracteriza-se por uma inflexibilidade ou rigidez condicionante e bloqueadora da capacidade individual e da identidade pessoal. As conotações "passivo-assistenciais" pretendem transmitir à pessoa de idade uma dupla mensagem. De um lado, o reconhecimento da sua contribuição para a sociedade na etapa correspondente à idade madura, do outro as condições em se deve situar e auto-limitar-se para que seja aceite pelo corpo social onde se insere. Se a primeira se traduz em acções mais "caritativas" do que de justiça social, a segunda parte da mensagem representa o "preço" a pagar para recolher os "benefícios de ser velho". Para o efeito, a sociedade define o papel social de "velho" e sobre ele exerce um controle social, talvez ainda mais rígido do que sobre os outros colectivos porque os considera como dependentes e improdutivos sem que no futuro possam inverter essa situação. No desempenho do seu papel social, a pessoa de idade confronta-se com decisões angustiantes porque tem de optar, muitas vezes, entre extremos: o amor e o desamor (na perda das relações sociais); a segurança e a insegurança (na impossibilidade de adquirir bens ou serviços); a autonomia ou a dependência (na falta de saúde e de meios económicos). Se executar correctamente o seu papel social merece o reconhecimento e a aceitação da sociedade.

As alterações no status da pessoa de idade (até agora temos referido o status da pessoa de idade em geral embora reconheçamos que possa haver, e há, pessoas de idade com um status extremamente valorado, participativo e interveniente na sociedade) remetem-na para um posição de passividade e para uma não participação na vida social, seja associativa ou política. A pessoa de idade não deixa de ser um cidadão com capacidade jurídica e social para intervir activamente na vida em sociedade. Essa intervenção está condicionada a um conjunto de características individuais, sociais e culturais que produzem formas e intensidades de

participação diferentes. As formas e intensidades de participação diferentes não são exclusivas das pessoas de idade mas de todo o cidadão situa-se na juventude ou na idade adulta porque não dependem somente da idade mas de uma multiplicidade de factores objectivos: sexo, habilitações, rendimentos, o meio envolvente e subjectivos como o interesse, a vontade, o gosto. É clara a presença de factores individuais e sociais a influenciarem a participação, o interesse e a necessidade de informação. Na participação cívica é evidente que a velhice reflecte as condições de participação e aprendizagem dessa mesma participação ocorridas ao longo das várias etapas do ciclo de vida. Estamos perante gerações cuja aprendizagem de participação cívica só ocorreu muito tarde e, por isso, não fez uma socialização da importância da participação do cidadão em todos os assuntos que directa ou indirectamente lhe diz respeito. Em qualquer dos casos, a participação é sempre ou quase passiva ou reveste uma atitude de passividade e poucas vezes é realizada de uma forma sistemática. Pensamos mesmo que este colectivo desconhece ainda o peso que pode ter nas decisões políticas. O desenvolvimento do espírito de cidadania nas novas gerações assim como a possibilidade de adquirir novos instrumentos de participação levarão, quase de certeza, a futuras gerações de pessoas de idade mais participativas. As posições tomadas individualmente condicionam as atitudes que as pessoas de idade têm sobre a sociedade que as envolve. Quem participa, quem intervém, quem se sente útil socialmente vê a sociedade de uma forma diferente daqueles que optam pela passividade, pela não participação ou por uma inutilidade social.

Integração

Assistiu-se à criação de uma multiplicidade de instituições destinadas às pessoas de idade: lares, centros de dia, centros de convívio, universidades da terceira idade ou séniores... cujas finalidades e objectivos diferem mas que são constituídas a partir de um ponto comum: agregar as pessoas de idade num espaço em que lhe sejam prestados apoios de diversa índole e onde elas se possam sentir integradas. Pensamos que as instituições criadas ou criar devem reflectir os novos valores sociais, as

novas perspectivas de ver a sociedade por parte dos seus utentes e devem olhar não só ao bem estar físico mas também ao bem estar psicológico e social. Aliás, quanto maior for o capital económico e cultural dos idosos maiores terão de ser as modificações no funcionamento das actuais instituições para que possam responder às necessidades das futuras gerações de pessoas de idade. Por outro lado, entendemos a necessidade de desenvolver no seio da sociedade uma relação intergeracional para evitar a segregação de vários colectivos. A separação de colectivos não facilita integração pelo que o desafio está não em criar instituições separadas, tal como tem acontecido até aqui, mas sim em desenvolver programas de entendimento entre as gerações onde cada uma possa pôr ao serviço das outras as suas potencialidades e recursos.



Hoje, existe a nível dos principais intervenientes em todo o processo a sensibilidade para que se trabalhe não tanto para a velhice, mas sim com a velhice, substituindo toda a atitude paternalista, impositiva e directiva por outra de maior independência, participação e meramente orientadora. Tal atitude implica um esforço para conhecer, sem preconceitos prévios, os valores deste colectivo, investigando os seus objectivos, autoidentificando os seus estilos de vida assim como as suas aspirações, desejos, expectativas e angústias tanto no presente como no futuro. Na realidade, a velhice como conduta uniforme, extrapolável e generalizante é só um mito reducionista e falso. Podemos afirmar que existem tantas velhices como "velhos", o que não nos impede de identificar condutas idênticas ou próximas nos indivíduos pertencentes a este colectivo social.

Valorização social

Numa perspectiva de cidadania, a questão fundamental é: Qual o lugar das pessoas de idade na sociedade? Qual o papel social de uma parte significativa da população? Se os idosos são muitos e cada vez serão mais, qual a utilidade deste colectivo, sobretudo nas sociedades economicamente desenvolvidas onde o indivíduo é medido pela sua utilidade económica. Como podemos substituir a utilidade económica pela utilidade social sem que isso signifique perda de posição social, de relações sociais e, principalmente, de dignidade? Esta atitude implica substituir a "ética funcionalista", isto é, a mentalidade que valoriza o "nível do fazer" em detrimento do "nível do ser". Neste sentido, a sociedade (e por que não o indivíduo?) deve preocupar-se em encontrar novos modelos de valorização social e o indivíduo em "ocupar" os anos que vai sistematicamente ganhando à vida, valorizando-se a si próprio ou contribuindo para a valorização dos outros.

Se hoje os idosos são uma "força social, política, ética e de intervenção" cada vez mais atenta e exigente, preocupada não só em acrescentar mais anos à vida mas também melhor qualidade de vida a esses anos, as políticas de intervenção devem assentar em princípios como a independência, a participação, o acesso aos cuidados de saúde e sociais, a auto-satisfação e a dignidade (Nações Unidas, 1999), salvaguardando, assim, uma cidadania activa e plena que resulta não só do número mas sobretudo da qualidade da intervenção.



O direito dos adultos à educação

Bravo Nico

Deputado à Assembleia da República (2008)

Introdução

Às vezes, nós queremos aprender e não nos deixam aprender. É exactamente desse aspecto da aprendizagem que eu hoje aqui vos venho falar um pouco, para que possamos pensar naquilo que é, hoje, o direito à educação. O direito à educação, à aprendizagem, a educação é um direito humano consagrado na Carta das Nações Unidas e é, também, um direito que está inscrito (como um direito fundamental) na Constituição da República Portuguesa. Está aí bem explícito que é um direito de todos os cidadãos portugueses, independentemente de qualquer da sua circunstância etária, territorial, ocupacional, religiosa ou qualquer outra.

Ou nós acreditamos nisto e então comportamo-nos como cidadãos e como responsáveis de instituições no sentido de garantir a todos os cidadãos o exercício, em quantidade e qualidade adequadas, do direito à educação; ou nós não acreditamos nisto e então entendemos que este é um direito menor de cidadania. Eu penso que todos os que estamos aqui, pela nossa ocupação, pelo nosso ideal e por aquilo que nós dizemos e fazemos todos os dias, somos daqueles, muitos felizmente, que entendemos que o direito à educação é um direito de plena cidadania e que deve ser exercido por todos os cidadãos, desde que nascem até ao momento em que morrem.

Vou falar um pouco do que tem sido a evolução, ao longo da História, deste direito à educação, particularmente da educação dos adultos. Porque a educação dos adultos foi, até muito recentemente, entendida como uma espécie de segundo direito ou de um direito menos importante, no que diz respeito à educação.



Pensou-se sempre muito mais na educação dos jovens, na questão da escolaridade obrigatória, da escolaridade básica, dos ciclos iniciais de formação e entendeu-se, sempre, durante muito tempo, que a educação dos menos jovens, dos mais adultos, seria qualquer coisa de complementar e que não teria a mesma dignidade e a mesma importância que a educação dos mais jovens. Hoje, o entendimento não é esse, felizmente.

Vou tentar fazer uma breve descrição do que foi a história da educação de adultos para que também possamos ter uma ideia do ponto em que estamos neste momento no que diz respeito àquilo que nos une a todos que é de facto a educação das pessoas todas, ao longo de toda a sua vida.

1.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | ELSENEUR (1949)

A 1.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos ocorreu em 1949, já lá vão quase 60 anos, na Dinamarca, numa terra que se chama Elseneur. Aqui, pela primeira vez e de uma maneira integrada e subscrita pela generalidade dos países do mundo, reconheceu-se a necessidade e importância da educação dos adultos.

Até aí, a educação era muito centrada na educação dos jovens, das crianças e, pela primeira vez, os países que subscreveram esta Declaração da Conferência Internacional de Elseneur na Dinamarca, entenderam que

era fundamental encarar a educação de adultos como algo de muito importante e necessário para a cidadania de cada um dos cidadãos do mundo. Aqui, houve uma ligação, pela primeira vez, da Educação de Adultos – até aí, muito virada para o movimento de desenvolvimento do mundo rural, das pequenas comunidades e as questões da alfabetização dos adultos – à qualificação profissional, à formação profissional, fazendo com que a educação dos adultos fosse, nesta altura, entendida como um instrumento muito importante para permitir o aumento da competitividade, o aumento da empregabilidade, o aumento das qualificações das pessoas que trabalhavam para que elas pudessem ser mais produtivas e, dessa maneira, se pudesse produzir mais riqueza.

Este conceito de Educação de Adultos ainda hoje está muito presente no nosso contexto, não só nacional, mas também internacional. Ainda hoje se pensa muito esta matriz de formação de adultos muito relacionada com as questões da produtividade, da qualificação dos activos, da economia, das empresas e isso é um pouco redutor porque, se isso é muito importante, não é tudo aquilo que diz respeito à Educação dos Adultos.

Houve também o reconhecimento que havia a necessidade de estudar e trabalhar este novo campo da educação, que era a educação de pessoas que já não estavam na escola ou que nunca tinham estado na escola, mas que tinham direito, também, passe a redundância, a esse direito à educação e a exercê-lo em plenitude. Estamos em 1949, há cerca de 60 anos, quando, pela primeira vez, há um pensamento, planetário, organizado e coerente e integrado acerca da Educação de Adultos.

2.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | MONTREAL (1960)

Em 1960 no Canadá, em Montreal, ocorreu a 2.ª Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos. Aí, assumiu-se a Educação dos Adultos em plano de igualdade com a outra educação mais tradicional. Pela primeira vez, a generalidade dos países mais desenvolvidos do mundo assume este segmento da população como um segmento que tem exactamente o mesmo direito à educação que tem o segmento jovem. As políticas educacionais da generalidade dos países mais desenvolvidos a

partir desta Conferência de Montreal no Canadá começam a integrar a Educação de Adultos nos seus sistemas formais de ensino. Isto faz com que alguns estados assumam, definitivamente, a Educação de Adultos como uma componente tão importante quanto as outras componentes da formação profissional ou da educação dos jovens e das crianças, nos seus sistemas educativos públicos.

Assim, a Educação de Adultos, em 1960, pelo menos no papel, deixa de ser uma espécie de apêndice que existia nos sistemas formativos e educativos e começa a ser parte integrante da generalidade dos sistemas educativos dos países mais desenvolvidos.



3.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | TÓQUIO (1972)

Em Tóquio, em 1972, na 3.ª Conferência Internacional, a Educação de Adultos adquire aquilo que hoje é conhecido como o conceito de Educação Permanente. Isto é importante porque nos dá uma perspectiva de que a educação deve acontecer para todas as pessoas – que era já um dado adquirido – e ao longo de toda a sua vida. Este é um conceito relativamente novo nesta altura. Significa que os sistemas educativos devem ser pensados e devem estar organizados no sentido de garantir ao cidadão, ao longo de toda a sua vida, a oportunidade de aprender, formalmente, em sistemas formais que sejam organizados, regulados e certificados pelo Estado.

Surge aqui este conceito de Educação Permanente que é um conceito que vem também até aos nossos dias e que está muito presente nas matrizes das organizações que mais trabalham nas questões de Educação de Adultos.

A escola aqui é também uma questão que acho extraordinariamente importante. A formação das crianças e dos jovens começa a não ser a formação única e terminal, aquela que dá a qualificação para toda a vida e começa a ser encarada como uma qualificação que deve preparar as pessoas para que elas possam aprender ao longo de toda a sua vida. Começa-se a ter consciência disso, quando as pessoas começam a reconhecer que os conhecimentos e as competências que adquirem nos sistemas formais de ensino, nos primeiros momentos da sua vida, durante a escolaridade básica ou durante uma licenciatura, um curso médio, um curso profissional, são conhecimentos e competências que não vão durar uma vida inteira pela rápida evolução tecnológica das sociedades contemporâneas.

Grande parte dos conhecimentos que se adquirem no momento inicial da formação ficarão obsoletos ao longo do tempo e não é mais possível que um operário, um médico, um pedreiro, um carpinteiro, um professor, qualquer profissional, aprenda aquilo que tem de aprender até aos 20/25 anos e depois nunca mais aprenda ao longo da sua vida porque isso já se sabe, não vai ser suficiente para que ele fique sempre com a sua capacidade máxima disponível para exercer, com qualidade e satisfação própria, a sua profissão, o seu ofício.

Os sistemas educativos devem reorganizar-se no sentido de prepararem os cidadãos, enquanto jovens, para adquirirem uma nova competência que é a competência de aprenderem ao longo de toda a sua vida e de retirarem disso benefícios, pessoal e profissionalmente, e retirarem daí uma palavra e um sentimento que, para mim, me dizem muito e que é o prazer, o gosto de aprender, a alegria que eu quando cheguei aqui senti de estar no meio de pessoas que têm felicidade enquanto aprendem, porque isso é o principal de tudo, porque essa felicidade depois transmite-se também ao nosso exercício profissional, ao nosso exercício como pais, como mães, como cidadãos, como responsáveis cívicos e institucionais. É fundamental que as pessoas tenham esta capacidade de gostar de aprender e a adquiram muito precocemente na escola.

Também, nesta Conferência, no Japão, há um aspecto que eu também aqui relevo pela importância que, para mim, tem a ver com considerarmos todas as pessoas. Não só as pessoas das gerações que neste momento estão no activo, das pessoas jovens, dos adultos jovens, mas também os direitos daqueles que já deixaram de estar no activo, mas que continuam a ser cidadãos exactamente com os mesmos direitos dos outros para os quais o direito à educação continua e deve continuar activo, não só pela questão que aqui já foi referida de manutenção da sua saúde – porque a aprendizagem é, como vimos, um dos melhores remédios preventivos para muitas doenças que afectam os sistemas neurológicos e hoje isso está muito estudado e muito comprovado – mas também porque a aprendizagem é uma coisa fundamental para que um cidadão mantenha activa e na sua máxima plenitude a sua cidadania, a sua capacidade de intervir e de participar na vida social e cívica da sua cidade, da sua terra e do seu país e, com isso, exercer a sua liberdade em democracia e em consciência. E isto é uma coisa que só acaba quando se morre. Ser-se livre e ser participante activo na vida das nossas terras e do nosso país é uma competência de que ninguém se deve demitir e que só termina quando as pessoas, de facto, morrem.

4.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | PARIS (1985)

Em Paris, na 4.ª Conferência, em 1985, a Educação Permanente nesta lógica que eu vos acabei de explicar, tende a desaparecer enquanto conceito porque se começa a construir uma nova representação da palavra educação. A educação começa a ser a educação toda, para todas as pessoas, ao longo de toda a sua vida e não tem sentido falar de educação e educação permanente. O próprio conceito de educação integra esta perspectiva de toda a vida, de todas as pessoas, de todas as diferenças, de todos os sítios, inclusivamente as pessoas que não tiveram acesso aos sistemas formais de ensino quando eram jovens.

Em Paris, também se defende uma coisa muito importante que hoje está muito presente aqui no nosso país, nas actividades que se fazem de educação de adultos e de educação comunitária e que é a consideração, pela primeira vez, dos ambientes formais e não formais de educação, particularmente os ambientes que têm a ver com a formação profissional, os ambientes que têm a ver com a educação comunitária, com as

escolas, como aquelas que estão aqui, as Universidades Seniores, as Escolas Comunitárias ou as escolas que estão presentes nas empresas nos centros de formação das empresas, nas escolas de música das bandas filarmónicas, nas escolas de teatro amador. Tudo o que é ambiente de aprendizagem deve ser considerado como um instrumento de construção de aprendizagem, de construção de conhecimentos e de competências e deve ser considerado nos sistemas formais de educação.

Por último, o direito a aprender, o tal direito à educação, o tal direito a aprender, na Conferência de Paris, ganha uma nova latitude e eu trago aqui e vou ler o que é em Paris em 1985 o direito a aprender. É o direito a ler e a escrever, que era um direito muito antigo e que em Portugal foi o direito que demorou e ainda demora muitos anos a ser exercido com a quantidade de pessoas que nós gostaríamos.

Ainda hoje, em Portugal, a taxa de analfabetismo é imensa em certas regiões do nosso país, particularmente nesta onde nós estamos aqui. Em 2001, a taxa de analfabetismo do Alentejo era de cerca de 17% e se nós retirássemos Évora, Beja e Portalegre destas contas, a taxa ia para lá dos 20%.

Em 2001, havia freguesias no nosso país, no Alentejo, onde a taxa de analfabetismo era superior a 50% da população. Para termos uma ideia do país que ainda somos, em 2001, havia mais analfabetos no nosso país do que licenciados. Este direito a aprender, na sua mínima expressão de direito a saber ler e a saber escrever, ainda hoje, para muitos dos nossos concidadãos, é um direito negado. Em Paris, para lá deste direito mínimo, já se falava do direito a imaginar e a criar, o direito a ler o seu mundo e a escrever a sua história.

Hoje quem trabalha nos Centros "Novas Oportunidades" sabe o que é escrever uma história, a história da sua vida e com essa história da sua vida muitas vezes as pessoas identificam e exteriorizam as suas competências e os seus conhecimentos, Essas competências e esses conhecimentos são certificados academicamente e é-lhes dada uma equivalência formal a nível de escolaridade.

No fundo, trata-se do direito a aceder aos recursos educativos, o direito a aperfeiçoar as competências individuais e colectivas. E este é o direito de aprender que em 1985 na Declaração de Paris é assumido pela generalidade dos países do nosso planeta.



5.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | HAMBURGO (1997)

A última Conferência ocorreu em Hamburgo, em 1997. Aqui, a Educação de Adultos incorpora tudo aquilo que existe em termos de aprendizagem, todos os processos de aprendizagem, formais ou não formais, nos quais as pessoas adultas desenvolvem as suas capacidades, constroem os seus conhecimentos, enriquecem esses mesmos conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas e profissionais e isto compreende exactamente tudo. Hoje, nesta história muito breve que aqui tentei sintetizar, o nosso país está exactamente aqui: a Educação de Adultos era, até há muito pouco tempo, uma questão complementar e muitas vezes fora dos sistemas formais de ensino.

Defendo que a Educação de Adultos também deve existir um pouco fora do sistema formal de ensino para que não seja capturada por uma lógica trituradora das máquinas educativas formais. Hoje existem inúmeras possibilidades destes ambientes não formais de aprendizagem, nas Escolas Comunitárias, nas Universidades Seniores, nos Centros de Formação das Empresas, nas escolas de música, nas escolas de teatro, nas associações juvenis, nas Associações de Desenvolvimento Local. Todos estes ambientes de aprendizagem podem contribuir para o conjunto de conhecimentos das pessoas e estas podem apresentá-lo e verem-no certificado, validado e ser-lhe dada equivalência académica. Esta é uma

espécie de justiça social que está a ser feita a milhares e milhares de portugueses que quando eram jovens nunca tiveram uma oportunidade de facto de exercer o seu direito à educação.

Por exemplo, em Arraiolos, a Escola Pública, tem um Centro "Novas Oportunidades" e aquela, se as contas não me falham, tem hoje mais estudantes adultos inscritos que jovens. Para terem uma ideia da dimensão do que está hoje a passar, a Escola de Arraiolos tem mais adultos inscritos do que jovens e esses adultos estão hoje a exercer o seu direito à educação com a qualidade que os professores da Escola de Arraiolos dão ao trabalho que fazem com os seus jovens. Este é um paradigma completamente novo e significa que Portugal, pela primeira vez, tenta incorporar, no sistema formal de ensino, aquilo que são as aprendizagens que os adultos fizeram fora da Escola dando-lhes dignidade e uma certificação formal.

Educação de Adultos e Sociedade Civil

Permitam-me que fale, agora, um pouco de mim e da minha actividade, não como responsável político ou institucional, mas como cidadão. Eu vivo em São Miguel de Machede que é uma freguesia aqui próxima de Arraiolos, pertencente ao concelho de Évora. É uma freguesia rural, onde um sempre vivi e onde continuarei a viver. Em São Miguel de Machede, faz agora exactamente dez anos, entendemos que deveríamos assumir um pouco a nossa responsabilidade na educação e na formação dos nossos concidadãos e criámos a Escola Comunitária de São Miguel de Machede que pertence à Suão - Associação de Desenvolvimento Comunitário (Suão que é o nome de um vento muito quente e seco que vem do norte de África). Nessa Escola Comunitária, tentamos materializar aquilo que era a consequência da Declaração de Hamburgo e que eu aqui vos apresentei.

Hoje a educação é um instrumento do quê? Para quê? A favor do quê? Mais do que sabemos, como é que aprendemos? Com que técnicas aprendemos? Com que modelos de aprendizagem aprendemos? Com que dispositivos aprendemos? A pergunta mais importante hoje, para mim, é saber a favor do que é que nós estamos quando aprendemos,

quando nos qualificamos e quando organizamos, enquanto responsáveis, ambientes para que as pessoas se possam qualificar.

Acho que a educação deve responder a esta pergunta e que nós temos a responsabilidade de nos organizarmos, enquanto cidadãos, enquanto sociedade civil, para nos qualificarmos e, dessa forma, nos tornarmos mais críticos, mais conscientes, mais interventivos, mais participativos e mais exigentes para com aqueles que nos representam e para que também nós próprios possamos assumir essa representação, quando somos chamados a essa responsabilidade.

Nós queremos que a nossa democracia seja cada vez mais forte, mais participada, com mais qualidade. O único instrumento que existe para fortalecer essa democracia é a educação das pessoas, todas, ao longo da sua vida, a favor da democracia, a favor da igualdade e da equidade.

A educação foi sempre um instrumento de construção de igualdade entre as pessoas e a Escola Pública, inscrita na matriz da Revolução Francesa, foi sempre, sempre assumida pelos ideais republicanos como uma Escola para todos: a escola do mais rico e do mais pobre; a escola do urbano e do rural; a escola que garante a todos igualdade no acesso ao conhecimento e no acesso à cultura. Esta é a matriz da escola pública e a educação que aí acontece deve ter em vista a construção dessa igualdade de oportunidades. As crianças de São Miguel de Machede, para mim, devem ter exactamente as mesmas oportunidades de se qualificarem do que as crianças de Cascais, de Arraiolos, do Porto, da Madeira ou de outro lado qualquer do meu país. Garantir o exercício deste direito não cabe apenas ao Estado. Cabe-me, também, a mim, que sou de São Miguel de Machede, dar o meu contributo para que os jovens da minha terra possam aceder à melhor oportunidade possível para se qualificarem. É também minha responsabilidade enquanto cidadão de São Miguel de Machede e de vocês, enquanto cidadãos das vossas localidades.



Direito à Educação

A favor do que é que deve ser a educação?

i) a favor do direito de todos os grupos, do direito dos jovens, do direito dos adultos que estão no activo, do direito dos adultos que estão no activo e que não estão a trabalhar, do direito das pessoas que já estão aposentadas e que continuam activas e querem dar um contributo e querem receber também esse contributo dos mais jovens.

ii) a favor do direito das mulheres, uma classe sempre penalizada no acesso e no sucesso no sistema educativo,

iii) a favor do direito das minorias. Já se falou aqui das etnias, mas também podemos falar das minorias que hoje existem no nosso país. No Alentejo temos grandes manchas de pessoas que, não sendo do Alentejo, devem ter exactamente os mesmos direitos que nós temos. Também nos sítios mais urbanos existem grandes comunidades de minorias que vêm de outros países. Nós queremos que essas pessoas sejam felizes no nosso país porque queremos que eles vivam cá, que participem connosco na construção do nosso país. Para isso, temos de lhes garantir, entre outros direitos, o direito à educação deles e dos seus filhos.

iv) a favor do direito ao emprego. Não se trata de uma educação refém da empregabilidade, mas todos sabemos que a qualificação aumenta a probabilidade de encontrar um emprego e, uma vez encontrado esse emprego, a probabilidade é proporcional à qualificação que se tem. A melhor maneira de combater o desemprego e de prevenir o emprego de baixo salário, é qualificar as pessoas. Sabemos que nem todos os jovens qualificados têm emprego adequado às expectativas que têm, mas todos temos uma certeza, um jovem que não tenha o 9.º ano ou que tenha

apenas o 9.º ano, dificilmente terá um emprego que seja um emprego bem remunerado e nós hoje temos essa responsabilidade de passar esta mensagem aos nossos jovens.

v) a favor da saúde. Já falámos aqui das questões da saúde e sabemos como a educação pode promover ambientes onde as pessoas previnam determinadas doenças e patologias de índole neurológicas que afectam grandemente a sua saúde. Uma educação a favor da saúde, no sentido de os cidadãos adquirirem comportamentos que possam criar estilos de vida saudáveis.

vi) a favor da solidariedade e da cooperação. Aqui, permitam-me que termine com uma história. Na minha terra tínhamos um problema, os jovens que transitavam do 4.º ano para o 5.º ano de escolaridade, saíam de São Miguel de Machede e iam para Évora e vocês (alguns que são de pequenas comunidades rurais como eu sou) sabem o que é sair da nossa escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico (a nossa Escola Primária) e ir para uma cidade capital de distrito. Tínhamos um problema, aí. O problema não é ir para lá. O problema é que eles reprovavam quase todos no 5.º ano de escolaridade e isso era um problema muito grave, porque era uma questão de insucesso escolar que nós tínhamos, persistente e com taxas elevadíssimas. Então, um dia, na nossa Escola Comunitária, reunimos e pensámos o que é que nós podemos fazer para resolver o problema: o nosso problema. Sim, o nosso problema, porque a Ministra da Educação nem sabe que nós existimos e mesmo que saiba, não quer saber de nós porque não pode, pois tem milhões de coisas em que pensar antes de pensar em nós. Portanto, tínhamos um problema: o nosso problema. Pensou-se e chamámos os jovens porque eles eram parte activa do problema e eles têm ideias tal e qual como nós temos. Da discussão que houve, numa noite, saiu uma solução possível para o nosso problema: a nossa solução. Chamou-se Gabinete do Desenrascango Estudantil. E o que é o Gabinete do Desenrascango Estudantil que ainda hoje está a funcionar, até ao final deste mês de Junho? É um espaço em que dezassete jovens, que são quase todos os que nós temos,

se encontram às 3.ª e à 5.ª feiras, ao fim da tarde, princípio da noite, que é quando eles regressam de Évora. E temos lá os jovens todos: os jovens que estão na Universidade, os que frequentam o Ensino Secundário e os que frequentam o Ensino Básico. O que fizemos, tecnicamente, chama-se Mentorado, e que consiste numa ajuda de jovens a jovens. Os jovens universitários e de secundário apoiam os jovens do ensino básico e tomam conta deles e dão-lhes explicações e apoio. A Associação e a Escola Comunitária fornecem-lhes fotocópias, computador, Internet, biblioteca, material escolar, uma bolsinha de estudo muito pequenina e nas férias, como recompensa, oferecemos acampamentos, viagens e visitas de estudo e também algum trabalho comunitário que é aquilo que eles fazem para pagar o investimento que a comunidade está a fazer neles próprios. Quem coordena isto tudo é uma jovem qualificada, uma licenciada que ainda não encontrou emprego, mas a quem nós conseguimos pagar uma pequena bolsa. Resultado disto tudo: eles trabalham quatro horas por semana, apoiam-se uns aos outros. Os mais velhos apoiam os mais novos. Quando os mais velhos têm dificuldades, nós, adultos apoiamos os mais velhos e o resultado disto tudo foi o seguinte: o ano passado nós tínhamos onze jovens envolvidos no Gabinete de Desenrascanço Estudantil e não reprovou nenhum. Este ano, temos dezassete jovens no Gabinete de Desenrascanço Estudantil e, pelas nossas perspectivas, também não irá reprovado nenhum jovem. A taxa de insucesso escolar, em São Miguel de Machede, concelho de Évora, é zero. Quem é que resolveu o problema? Nós, mais particularmente os jovens.

Esta é a última mensagem que vos trago. Esta, para mim, é a verdadeira Educação dos Adultos: a Educação Comunitária, com a qual construímos, as nossas competências para que a nossa comunidade consiga fazer face aos nossos problemas.

É acabar, de uma vez por todas, com a conjugação dos verbos da nossa vida na terceira pessoa do plural – “Eles é que são os culpados, eles é que têm que resolver o problema, eles é que não fazem as coisas, eles é que não investem em nós”, acabar com isso e começar a conjugar os verbos da vida na primeira pessoa do plural – Nós. Os nossos problemas, as nossas potencialidades, os nossos recursos, as nossas pessoas, a nossa

vontade, a nossa solidariedade, a nossa cooperação, a nossa solução, a nossa vida, a nossa terra. E isto é educação a favor de nós, a favor de cada um de nós, do mais pequenino, que está no pré-escolar, do que ainda não nasceu e que nós queremos que viva melhor do que nós, até àquele que já tem uma idade muito avançada, mas que, por isso mesmo, tem exactamente o mesmo direito a tudo: desde a saúde, à educação, à solidariedade, à habitação, à actividade produtiva.

Nós temos essa possibilidade de grande parte dos problemas poderem ser resolvidos pelos nossos próprios meios. Não é que fiquemos independentes do Estado. O Estado deve manter as suas responsabilidades. No entanto, a primeira responsabilidade é nossa e nós temos que a assumir. A educação é o grande instrumento para nós assumirmos, de maneira consciente, essa capacidade, individual e colectiva, de resolvermos os nossos problemas, de cooperarmos uns com os outros e, principalmente, de, com isso tudo, sermos um bocadinho mais felizes.

Muito Obrigado pela vossa atenção!



As UTIS como Promotoras do Envelhecimento Activo

Dulce Mota

Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS)

Introdução

Em nome da RUTIS agradeço, desde já, o convite formulado para estarmos presentes.

O Dr. Luís Jacob, presidente da Rede de Universidades da Terceira Idade, pediu que vos transmitisse as suas felicitações pelo trabalho da vossa universidade, que é um projecto que, a todos os níveis, vai “transportar Arraiolos para outra dimensão”: A visão da maior parte das pessoas sobre os seniores e sobre as suas potencialidades vai concerteza mudar.

Aprendizagem ao longo da vida

Numa primeira perspectiva queria apresentar a RUTIS enquanto Associação.

Já existiam algumas Universidades Séniores, não tanto com este nome, mas a base da filosofia, digamos assim, estava lá e era essa. Não era o aprender, depois dos 55 anos, o factor mais importante, era o retirar as pessoas de casa. Vamos tirar as pessoas de casa, vamos combater o isolamento das pessoas e às vezes algumas pessoas com quem nós falávamos e nomeadamente aqui vão-me desculpar, mas a minha experiência é muito com as pessoas da Universidade Sénior de Santarém, da Universidade Sénior de Almeirim, de Salvaterra de Magos, enfim, as que estão mais próximas de nós, muitas dessas pessoas diziam-nos “agora depois de velha é que eu vou aprender?” e nós dizemos: “concerteza que sim

porque aprende-se durante toda a vida, mas vai sobretudo divertir-se, vai conviver com outras pessoas e de certeza que vai ter até para ensinar, portanto, não vai só à espera de aprender alguma coisa, vá à espera de ensinar muito aos vossos professores".

E realmente é isto que após cinco anos e agora sim já não tanto com essa experiência pessoal com as Universidades mais próximas de nós, mas com alguma experiência já ao nível de todo o país porque vamos às Universidades de todo o país e convivemos com eles em inúmeras actividades que a RUTIS faz anualmente, chegamos à conclusão que quando falamos com os vossos professores, vossos, estou a falar em sentido lato, portanto a nível nacional, o que os vossos professores nos dizem é que realmente aprendem muito com os alunos. Aqui está-se a inverter a situação, então quem é que é aluno e quem é professor? Então, a temática é colocamos um professor numa sala de aula, nós, neste caso serão vocês, são os alunos e no meio da aula, numa conversa o aluno passa a professor porque vai partilhar uma experiência que lhe aconteceu na sua vida, ou porque naquela matéria que o professor está a explicar até foi a profissão dessa pessoa e para além da teoria, o aluno tem a prática e pode pô-la agora ao conhecimento, quer do professor ou formador e dos outros colegas também e portanto há uma troca.

Temos inclusivamente casos em que os alunos de Universidades são alunos numa disciplina e são professores noutras, ali temos o Professor Joaquim que vai dar Direito, porque foi advogado quando estava no activo, entretanto ele vai ser aluno de hidroginástica ou de outra disciplina qualquer. E este intercâmbio é muito interessante, passar de cá para lá, portanto nós temos alguma coisa de certeza para ensinar aos outros. Temos o caso do Professor José que foi agricultor toda a vida, então vamos lá ensinar a estes colegas que tiveram outras profissões e nunca lidaram com o campo, o que é que é o campo de verdade, eles que não pensam que é tudo semente e que se mete na terra e aquilo nasce, vamos lá ensinar como é que é, e então em espaços como é aqui o vosso caso, em que há mesmo terreno, em que têm disciplinas de agricultura, de culturas biológicas, ainda se pode explicar melhor porque para além da teoria vamos fazer na prática. Vamos vendo as coisas crescer a pouco e pouco e vamos nos apercebendo então de uma realidade que muitos só conhecem, principalmente os alunos das grandes cidades só conhecem já nas prateleiras dos hipermercados, não sabem muito bem como é que

aquilo lá chegou, e é isto que se quer porque as pessoas assim não vão dizer só simplesmente "eu fui à escola, eu fui aprender". Sim, mas nós podemos aprender no café, nós podemos aprender a falar numa esplanada com outras pessoas, quem gosta de ver televisão, podemos aprender a ver televisão. Ali, e foi essa a ideia do Dr. Luís na altura da criação, é promover o convívio e combater a solidão das pessoas.



Num estudo recente que está no nosso site e podem pedir ajuda aos vossos professores de Tecnologias de Informação para poderem aceder, chega-se à conclusão que a maior parte dos alunos que tomavam anti-depressivos dizem que já não precisam ao fim de quatro, cinco ou seis meses depois de estarem nas Universidades Séniores, "já não preciso de calmantes, eu estou bem", se calhar o calmante ou o anti-depressivo era por estar sozinho em casa, era por não ter ninguém com quem falar, era por não se sentir útil, ou como falava há pouco o Professor Ramalho Ilhéu da Universidade de Évora, se calhar, as pessoas não querem estar lá sozinhas em casa, então sou idoso e agora estou reformado e faço o quê à minha vida? E então com esta esperança de vida que ficamos a saber pela intervenção anterior, é realmente de pensar que se tem de fazer alguma coisa, não vamos ficar parados ali o tempo todo sentadinhos no sofá a ver televisão até que alguma doença nos apanhe, eu já digo nos apanhe também porque fiquei a saber que a partir dos vinte sete/vinte oito anos começamos a envelhecer e eu já estou na onda, já não demoro muito tempo, é ter coragem para andar porque isto não está fácil, realmente.

A importância das Parcerias

A Associação Monte, a Câmara Municipal de Arraiolos, a pessoa da Dr.^a Paula Santos, podem ser a catapulta, digamos assim, aquilo que vos faz seguir em frente, mas depois terão de ser vocês a fazer por vós próprios e pelos vossos colegas da Universidade. A criatividade das pessoas pode fazer toda a diferença e dou-vos o exemplo da Universidade Sénior da Nazaré.

Tivemos muitas reuniões, também com a Câmara, como sabem, nestas coisas as autarquias são sempre um factor principal, elas têm as infra-estruturas, seria muito difícil uma Associação sem piscinas e sem espaços poder facultar escolas para cento e sete alunos, como é o vosso caso não é? Portanto, é esse também o papel das autarquias, é realmente estar mais próximo dos cidadãos e das pessoas, e com a Nazaré não foi diferente. Já têm cento e vinte e tal alunos, já tiveram que fazer mais salas, já têm mais disciplinas, já conseguiram angariar mais professores e já têm alunos professores. O próprio Presidente da Câmara é professor de uma disciplina, também em regime de voluntariado, como todos os outros e é neste convívio que se vê que as pessoas mudam as suas atitudes. Eles diziam-me que naquela zona em específico, as "praieiras" como eles lhe chamam, tinham uma forma de vida completamente diferente das pessoas que já viviam no alto da Nazaré que já não tinham vivido aquela vida de praia, de mulheres de pescadores, de vendedoras de peixe e então não ia ser muito fácil juntar pessoas com mentalidades tão diferentes, foi facilímo! As pessoas entendem-se perfeitamente e aprendem umas com as outras.

Envelhecimento activo

Convém aqui dizer que eu também sou alentejana, sou de Portalegre e pensava que existia um jovem para cada três idosos, mas como já não sou jovem e já estou a caminho da velhice também, convém dizer que apesar de ter ficado um bocadinho triste com os números que foram aqui apresentados acerca do meu distrito, a Universidade Sénior de Portalegre também conseguiu ter imensos alunos em muito, muito pouco tempo. E aqui também demonstra o papel das Universidades enquan-

to promotores deste envelhecimento activo. Não critico de forma nenhuma o estudo apresentado pelo anterior palestrante, digamos assim, acerca dos problemas que este envelhecimento pode trazer no futuro, mas com as pessoas com quem lidamos todos os dias, garanto-vos que as mentalidades estão a mudar e dá para verificar.

Há cinco anos atrás, no início das Universidades Sêniores, as disciplinas preferidas dos alunos eram história de Portugal, porquê? Porque aqueles que fizeram a antiga 4.ª classe, muito boas quartas classes, diga-se de passagem, tiveram uma forte componente de história e agora deparam-se com filhos e com netos que não sabem nada e então, vamos lá ter história outra vez, vamos reviver aquilo que eu ainda me lembro e até vou passar isso aos meus filhos e aos meus netos que eles até se vão sentir envergonhados de andar numa Universidade e não saberem isto, e esta era uma das principais disciplinas em que os sêniores se inscreviam.

A outra era saúde, e saúde porquê? "Eu quero aprender o que é que é melhor para mim, como é que eu devo estar posicionada? Como é que eu me devo deitar? Eu já tive um AVC uma vez, quais são as precauções que eu tenho que ter, até porque os professores normalmente ou eram ex. médicos, ou ex. enfermeiras ou eram mesmo médicos ou enfermeiras no activo, portanto pessoas mais jovens. Vamos lá saber o que é que eu posso fazer, e até aproveitavam e levavam algumas caixinhas de medicamentos para a aula e perguntavam ao Sr. Doutor ou à Sr.ª Enfermeira se deveriam continuar a tomar ou se achava que era melhor marcar nova consulta no nosso médico e era esta a realidade.

Hoje em dia, as disciplinas preferidas dos vossos colegas a nível nacional, de uma forma geral é informática e é o Inglês. E isto tem que dizer alguma coisa, tem que nos dizer a nós que vamos estudando estes fenómenos nas Universidades, tem que nos dizer alguma coisa. O Inglês começa a ser assim, o meu neto sabe, agora até em tom de brincadeira, vou dizer-lhe umas palavrinhas também e vamos brincar os dois com isto. Nas regiões, digamos assim, onde as pessoas têm um nível de escolaridade mais alto, são pessoas que na idade da reforma já podem viajar e então o Inglês também serve para quando vão viajar poderem dizer alguma coisa.

A informática e esta, acho que é em todas as áreas: cidade, aldeia, vila,

corre o país todo de norte a sul, é uma das predilectas, e porquê? Há pouco tempo, numas Jornadas de Animação que fizemos em Almeirim, um sénior dizia: "Olhe, ontem na aula aprendi a mexer naquilo do "Skype" (que é o "Skype"), pela Internet falei com o meu neto, para além de poder ver a pessoa no outro lado, quando ele me viu só disse "Ò avô estás muito in, tás muito para a frentex"" e ele dizia "eu não estou para a frentex, ele é que ficou para trás e pensava que eu estava parado em casa, mas eu não estou parado em casa, eu vou todos os dias para a Universidade e quando não posso tento fazer em casa sozinho" e é esta perspectiva de vida que as pessoas têm hoje e que não teriam provavelmente há alguns anos atrás que pode mudar a sociedade, não sei se a pode mudar totalmente para melhor, não sei se será a curto, a médio ou longo prazo, mas que pode ajudar a mudar a sociedade, pode.



Universidades e qualidade de vida

E outra questão muito importante que convém referir é que quando há pouco, penso que a Dr.^a Marta falava que já não haverá uma Terceira Idade, haverá provavelmente uma Terceira e uma Quarta, nós achamos que já não há nem Terceira nem Quarta Idade, há realmente a fase de infância, a fase da adolescência e juventude e depois somos todos seniores. Agora a questão é como é que vivemos isso? Com que qualidade de vida vivemos isso? Bom, sim, há maior tendência para uma pessoa com mais de 65 anos ter esta ou aquela doença, como dizia há pouco o interveniente anterior vamos ficando sem visão, também já tenho muito pouca visão e já há muito tempo atrás, portanto, é muito relativo, a

medicina altera muito, melhora muito a vida das pessoas e daí também que haja uma maior esperança de vida porque a medicina está a ajudar as pessoas neste sentido, mas os problemas psicológicos das pessoas séniores são muito mais graves do que os problemas físicos. Há pessoas que têm realmente algumas doenças graves e estão nas Universidades à mesma mas garanto-vos, se estivessem com essas mesmas doenças em casa estariam certamente muito piores porque o nosso cérebro comanda muitas coisas, não é? E a nossa perspectiva de vida tem que passar um bocadinho por aí, eu sou dona da minha vida, vamos ver o que eu quero fazer com ela a partir de agora, quero ficar simplesmente a fazer crochet no sofá ou vou lá para a Universidade e ensino outras pessoas que não sabem fazer aquele ponto crochet que eu sei fazer e aí sinto-me útil? Não estou a fazer só por fazer, até porque já ninguém vai usar porque sai mais caro comprar a linha e ter o trabalho do que comprar feito, não é? Ou vou usar esse saber e ensino outra pessoa e aí sinto-me útil porque fiz alguma coisa de bom para a Sociedade, posso não estar a ser remunerada por isso, mas o tempo que lá estou a passar também não o vou pagar, então passo esse tempo um bocadinho melhor.

As Universidades têm surgido com esta perspectiva, não queremos que sejam Lares de Dia, não tenho nada contra os Lares de Dia e penso que devam existir muitos mais, mas não queremos que sejam Lares de Dia. Não queremos que sejam internatos porque aí não há dormitório, é completamente impossível se bem que há muitos passeios que os alunos séniores dão e que depois têm de dormir nos autocarros, não é o melhor sítio para dormir mas eles dormem e fazem um esforço.

Nós queremos que as Universidades sejam acima de tudo uma resposta social para as pessoas e que esta resposta social não sirva só para os séniores que são os principais protagonistas, sirva para os jovens também, para entenderem que o serviço que estão a fazer de voluntariado pode ajudar a mudar a sociedade e é bom por isso, e sentem-se úteis por isso. Até porque o mercado de trabalho agora não está assim tão bom quanto isso e precisa-se de currículo e fazer voluntariado, ter voluntariado no currículo é um ótimo elemento para se poder apresentar numa próxima entrevista de emprego. Portanto, mudarmos aqui as pessoas todas, os séniores, os jovens enquanto formadores, daquilo que aprenderam, que tiveram a possibilidade de aprender, os pais e avós não tiveram, então vamos passar-lhes essa informação, eles vão aprender muito mais

com os alunos que lá estão e depois nasce aqui uma série de parcerias, como já foi falado aqui hoje, entre as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesias, as associações das terras, em que torna de certa forma a comunidade interactiva. Vamos falar com todas as pessoas, esta fala com aquela, aquela fala com a outra, vamos estando em comunicação, vamos todos juntos tentar mudar a nossa terra.



Eu queria fazer aqui um repto, até para não me alongar mais. A RUTIS tem todos os anos algumas actividades onde gostaríamos que vocês, assim como todos os outros alunos séniores estivessem presentes, uma delas, nós chamamos-lhe a reunião magna que vai ser já em Outubro próximo. Essa reunião é com alguns dirigentes das Universidades, onde discutimos o que é melhor para as Universidades, o que é que se pode mudar e haver uma certa troca de experiências.

Depois temos o Encontro de Música Sénior, todos os anos muda de local, uns anos é numa terra, outros anos é noutra, onde os grupos das Universidades, porque quase todas as Universidades têm uma Tuna, ou um coro, ou um conjunto de músicos, ou mesmo uma banda, enfim, um concurso. Claro que a ideia não é ganhar este ou ganhar aquele, a ideia é estarmos todos a conviver e passarmos um dia bom a ouvir a música dos nossos colegas das outras Universidades.

E por último, que talvez seja o mais importante, é o Encontro Nacional dos Alunos das Universidades Séniores que este ano foi na Covilhã, foi um espectáculo porque tiveram imensas Universidades, o Presidente da Câmara Municipal da Covilhã teve de cortar as ruas ao trânsito para os alunos séniores passarem com as suas bandeiras, havia cartazes espa-

lhados por toda a cidade a dizer que a Câmara Municipal da Covilhã dava os parabéns a todos os alunos séniores do país e portanto houve um Encontro enorme de todos os alunos na Covilhã, algum dia será em Arraiolos porque isto vai ter de correr todas as terras, portanto vão pensando no assunto. Para o ano será em Portimão, e a RUTIS aqui e agora, fazendo um bocadinho a parte do Dr. Luís, ele diz sempre isto, estamos a contar convosco para a ida a Portimão e eu de uma forma pessoal enquanto alentejana, eu quero muitas Universidades alentejanas em Portimão. É porque da última vez, disseram-me "os de Portalegre ainda não chegaram" e eu: "pois, são alentejanos, não é? Demoram mais tempo a chegar." Eu a pensar que já iam gozar não é, porque levam a vida a gozar comigo e eu levo isto de muito bom grado. Afinal, entretanto chegaram os de Portalegre e os de Lisboa foram os últimos a chegar, aí foi um fartote de riso. "Então afinal alentejanos somos nós e já chegamos?", vamos também mudar isto porque é muito bom que as pessoas percebam que não há assim tanta diferença entre os séniores que estão em Lisboa e os séniores que estão em Arraiolos, que estão em Portalegre ou que estão Borba ou em Beja. Claro que vai sempre haver algumas diferenças, mas essas diferenças também as há pela profissão que a pessoa teve, pela vida que a pessoa teve, se teve uma vida folgada, se fartou de trabalhar, as rugas na cara das pessoas também se vê se apanhou muito sol ou se teve toda a vida dentro de um escritório. Portanto, o que muda e o que tem que mudar é o que está cá dentro, não é a aparência por fora, é a nossa mentalidade.

Então, ajudem-nos lá neste trabalho e todos juntos vamos construir esta sociedade que a queremos concerteza melhor para todos.



Capítulo II

...à Prática.



MOTE

Vou à escola hei-de aprender
Custe lá o que custar
Quero saber ler e escrever
Fazer contas de somar

I

Eu vejo a 3ª idade
com alegria e emoção
A Suzana dá a lição
bem disposta e com vontade
Isto é mesmo a realidade,
acreditem podem crer
Eu sempre ouvi dizer,
por vezes ao avô
Eu burro nada sou,
vou à Escola hei-de aprender.

II

A idade é que me amola
É um provérbio que se diz,
alegre e feliz
É a Suzana que nos dá Escola
Aquele que mata e esfolia
E passa a vida a criticar
Mas eu não me vou chatear
Amigos dou-lhe a saber
Tenho vontade, quero aprender
Custe lá o que custar.

III

Já lá vão noites e dias,
o tempo está a passar
A Suzana vai trabalhar
a cinco freguesias
Os idosos nas romarias
Eu sempre gostei de ver
Eu posso não aprender
Mas é um tempo bem passado
Sou poeta, gosto de fado
Quero saber ler e escrever.

IV

Vai à escola muita gente
Qualquer senhora ou senhor
Ainda alguém será Doutor
Quem seja mais inteligente
Quem fala a verdade não
mente
Sempre ouvi falar,
Há sempre quem queira
ensinar
E que tenha um saber discreto
Já não sou analfabeto
Já faço contas de somar.

V

A Maria já sabe ler
E à Ana dá a mão
A Olinda e o João
também querem aprender
A Clotilde sabe escrever
Argélia e a Constantina
Delas não me posso esquecer
Eu gosto de conviver
Para recordar o passado
Sou poeta, gosto de fado
Quero saber ler e escrever.

VI

O Vimieiro fala à vontade
Ao pé da Aldeia da Serra
Igrejinha é boa terra
S. Gregório cheio de vaidade
À Ilha mandou saudade
Santana fica a brilhar
S. Pedro a querer disfarçar
Ao Sabugueiro mandou dizer
Tenho vontade, quero aprender
Custe lá o que custar.



Diogo Joaquim Graça . Aluno Pólo Vimieiro

A Escola Sénior do Mundo Rural – Uma Experiência Prática

2.1 O Projecto

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005, tinha como um dos seus instrumentos de execução um programa de combate à pobreza e exclusão social intitulado PROGRIDE.

Este programa, financiado exclusivamente por verbas nacionais e tendo como entidade de gestão o Instituto de Segurança Social, IP, contemplava duas medidas. O Monte, enquanto entidade executora e a Câmara Municipal de Arraiolos, enquanto entidade promotora, candidataram-se à Medida 1. Esta Medida visava financiar projectos com dimensão concelhia através de respostas multidimensionais. O projecto apresentado denomina-se ParticipAR - Inovação para a Inclusão em Arraiolos (2005-2010).

Do projecto ParticipAR, faziam parte um conjunto de medidas sendo que a Escola Sénior do Mundo Rural (ESMR), nasceu no âmbito da actividade 6 - "Apoio ao Movimento Associativo", cujo objectivo geral consistia na promoção do envelhecimento activo através de diversas actividades lúdico-educativas.

O nome dado à Escola deriva do facto de não se pretender dar a este espaço de aprendizagem o "peso" de uma "Universidade" Sénior, conjugado com o facto desta se destinar a uma população residente em meio rural.

Sendo a demografia do território marcada essencialmente por uma faixa etária elevada, sem meios regulares de acesso a centros urbanos de maior dimensão, constatou-se a necessidade de ocupar os tempos livres desta população, retirando-os do tradicional "banco de jardim".

Assim, tendo como objectivo principal proporcionar a ocupação dos tempos livres de uma forma pedagógica em actividades de aprendizagem, as inscrições da ESMR foram abertas a maiores de 50 anos, residentes no concelho de Arraiolos.

2.2 Divulgação

A divulgação da Escola Sénior do Mundo Rural iniciou-se em conjunto com a do Banco de Ajudas Técnicas¹ (actividade 5) dado serem medidas que tinham como destinatários o mesmo público-alvo, na primeira semana de Abril de 2006.

Foram abrangidas as sete freguesias do concelho de Arraiolos, tendo sido contactadas cerca de 85 pessoas. As sessões decorreram em Associações de Reformados; Centros de Dia; Juntas de Freguesia e Sociedades Recreativas.

PARA A ESCOLHA DOS LOCAIS, E SEGUNDO A NOSSA EXPERIÊNCIA, TORNA-SE IMPORTANTE SELECIONAR SÍTIOS AMPLOS MAS COM BOA ACÚSTICA, QUE A POPULAÇÃO RECONHEÇA COMO "SEUS".

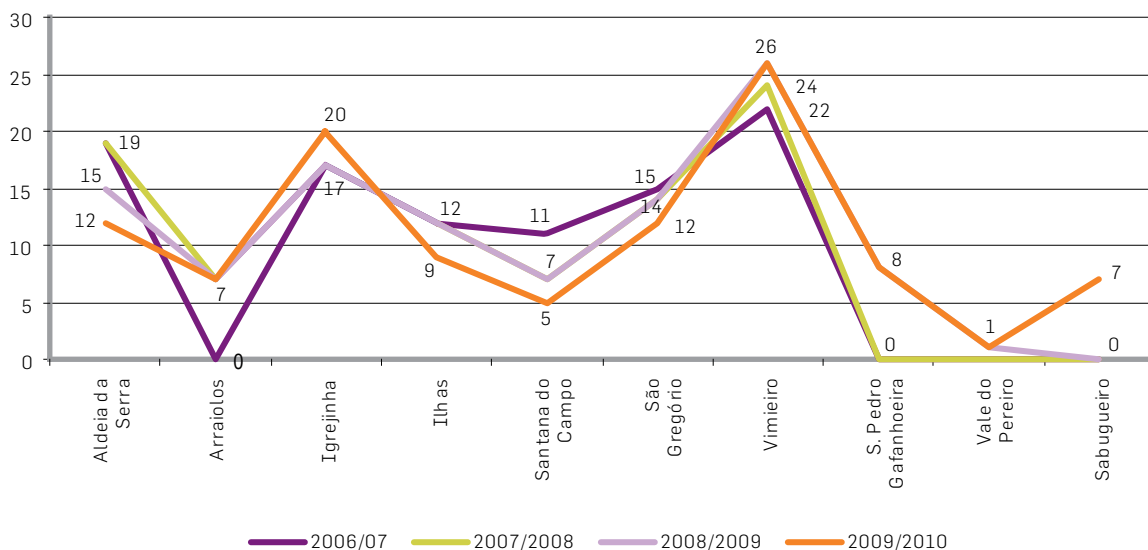
NÃO MENOS IMPORTANTE É A SELECÇÃO DOS(AS) INTERVENIENTES PARA FAZER A DIVULGAÇÃO. SE OS MESMO NÃO FOREM INDIVÍDUOS RECONHECIDOS PELA COMUNIDADE, CONVÉM QUE SE FAÇAM ACOMPANHAR POR OUTRÉM NESSA CONDIÇÃO COMO, POR EXEMPLO, PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, DE ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS OU OUTRAS. TAL FACTO, TRANSMITE AOS MEMBROS DA COMUNIDADE UMA SENSACÃO DE CONFIANÇA NO PROJECTO.

A ESCOLHA DOS DIAS E HORAS PARA FAZER A DIVULGAÇÃO TAMBÉM NÃO DEVE SER DESCURADA. DIAS DE ATENDIMENTO MÉDICO NO CENTRO DE SAÚDE, OU O HORÁRIO APÓS O ALMOÇO EM QUE EXISTE UMA DESLOCAÇÃO AO CAFÉ DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, SÃO EXEMPLOS DE ESCOLHAS QUE FACILITAM O CONTACTO COM A POPULAÇÃO.

¹ Para mais informações consultar o site do Monte www.monte-ace.pt

Em Setembro, e de modo a dar início às aulas de acordo com o cronograma pré-estabelecido no projecto, foram efectuadas novas sessões de divulgação com incidência nos locais com maior número de inscritos, tendo este aumentado significativamente, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.

ALUNOS INSCRITOS - ANO LECTIVO/ LOCALIDADE



DAR AOS SÊNIORES UM TEMPO DE MATURAÇÃO SOBRE A ADESÃO AO PROJECTO É IMPORTANTE, PARA QUE POSSAM TROCAR OPINIÕES COM FAMILIARES E VIZINHOS.

ESCOLA SÉNIOR DO MUNDO RURAL



Abriu uma Escola para Adultos!

Se tem tempo livre e interesse em:

ARTES

TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO

DESPORTO
E JOGOS

CULTURA E
TRADIÇÃO
POPULAR

Venha já fazer
a pré-inscrição gratuita
nesta **ESCOLA DO FUTURO!**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES EM:

Agrupamento MONTE
Rua Joaquim Basílio Lopes, n.º 1 7040-066 Arraiolos
T 266.490.093
e-mail paula.santos@monte-ace.pt



2.3 Locais para Actividades

As actividades da Escola Sénior foram repartidas por "Pólos", que correspondiam às freguesias do concelho², dadas as características rurais da população e o seu isolamento a nível de acessos à sede de freguesia.

EM MEIOS RURAIS, NEM SEMPRE É FÁCIL CHEGAR ÀS PESSOAS, ESPECIALMENTE ÀS IDOSAS, DADO QUE UM FACTOR COMUM A ESTAS LOCALIDADES É A QUASE AUSÊNCIA DE TRANSPORTES, QUER PÚBLICOS QUER PRIVADOS, QUE PERMITAM A DESLOCAÇÃO DOS MAIS IDOSOS. POR OUTRO LADO, A CAPACIDADE FÍSICA DOS MESMOS NÃO LHE PERMITE UMA AUSÊNCIA CONSTANTE DO SEU MEIO FAMILIAR. DAÍ QUE SEJA IMPORTANTE A ESCOLHA DE **LOCAIS DENTRO DA PRÓPRIA LOCALIDADE** PARA DESENVOLVER AS ACÇÕES.



² No concelho de Arraiolos existem 7 freguesias sendo que o arranque das actividades escolares não se realizou em todas ao mesmo tempo.

PENICHE
2008/09



AMADORA
2006/07

ALCOCHETE
2007/08



MORA
2006/07



FOROS VALE
FIGUEIRA
2006/07



VALE MELÃO
2008/09



ESTREMOZ
2007/08

ÉVORA
2007/08



REGUENGOS DE
MONSARAZ
2007/08

PORTEL
2007/08



Saídas

Escola Sénior do Mundo Rural

entre 2006 e 2009



BADAJOS
2007/08



Pólos

Escola Sénior
do Mundo Rural



2.4 Parcerias

UM FACTOR MUITO IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESTES PROJECTOS FORMATIVOS É A REDE DE PARCEIROS QUE SE ESTABELECE.

No caso concreto da ESMR, o estabelecimento de parcerias locais foi fundamental no que diz respeito à cedência de espaços onde se pudessem efectuar as aulas. Para o efeito foram estabelecidos parcerias formais com um conjunto de entidades como Centros e Sociedades Recreativas, Juntas de Freguesia e Associações de Reformados.

Por outro lado, as parcerias regionais/nacionais, seja com parceiros da mesma tipologia de projecto, seja com entidades externas, permitem alargar o âmbito do projecto, criando outras oportunidades de actuação



Celebração de Protocolo com o Centro Unesco - Aldeia das Ciências



Visita dos parceiros do projecto ParticipAR a Góis (projecto Progredir em Igualdade e Cidadania)

A **PARTICIPAÇÃO EM REDES** também se revela muito importante para o desenvolvimento de actividades com outros grupos. A Escola Sénior do Mundo Rural associou-se desde o seu início à Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS). Esta ligação tem permitido a troca de experiências com colegas de Universidades Sêniore, bem como a participação em eventos promovidos pela rede.



Encontro de Universidades Sêniore na Amadora – 2007



Participação no Encontro Estremoz Solidário

2.5 Início das Actividades

No mês de Outubro de 2006, iniciaram-se as actividades de cada "Pólo", sendo que o "Pólo da Igreja" foi o primeiro a ser inaugurado, seguindo-se os das freguesias da Aldeia da Serra; Santana do Campo; Ilhas; São Gregório e Vimieiro.

SENDO UM LOCAL DE CONVÍVIO, A INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DA ESCOLA SÉNIOR É UM MOMENTO IMPORTANTE. SIMBOLIZA DE ABERTURA DO MESMO À COMUNIDADE, E DEVE SER CELEBRADO NUMA PEQUENA FESTA QUE APROXIMA UTENTES E TÉCNICOS DE PROJECTO.



2.6 As Aulas



No caso da ESMR, existiu desde o início a particularidade de uma das aulas versar sobre Agricultura Biológica (Pólo da Igreja). Estas foram divididas entre aulas teóricas, realizadas no Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja, e aulas práticas que decorreram inicialmente num terreno cedido pela Junta de Freguesia e posteriormente num terreno cedido pela Câmara Municipal de Arraiolos. De modo a envolver a comunidade no projecto, os produtos resultantes da produção agrícola foram utilizados no Centro de Dia local. A comunidade escolar foi também envolvida no projecto, os alunos da Escola Primária e do Jardim de Infância locais tiveram a possibilidade de efectuar visitas de estudo à horta biológica.

ENVOLVER A COMUNIDADE NO PROJECTO É FUNDAMENTAL PARA QUE ESTE TENHA ALGUMA DINÂMICA.

ABRIR O ESPAÇO À COMUNIDADE E DEMOSTRAR O QUE SE FAZ, É UMA FORMA DE ATRAIR MAIS PESSOAS PARA O PROJECTO; DE AUMENTAR A AUTO-ESTIMA DOS SÉNIORES E DE CONTRIBUIR PARA CRIAR DINÂMICA LOCAL.

PARA A DINÂMICA DAS AULAS, PARA ALÉM DE MATÉRIAS DE CARACTER MAIS PRÁTICO, TER CONVIDADOS QUE POSSAM DAR NOVAS ABORDAGENS É SEMPRE MOTIVADOR PARA OS ALUNOS. E, APÓS A AULA, UM ESPAÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO À VOLTA DA MESA É SEMPRE APRECIADO!



Presidente da aldeia das Ciências, convidada para ministrar uma aula sobre recursos hídricos

Para além das aulas mencionadas de Agricultura Biológica, existem na Escola Sénior aulas de bordados; ginástica; bem-estar e saúde animal; alfabetização; hidroginástica e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

AS AULAS DE TIC SÃO BASTANTE APRECIADAS PELOS SÉNIORES. MUITAS VEZES, PERMITEM-LHES TROCAR MENSAGENS COM FAMILIARES E AMIGOS DISTANTES.

NO ENTANTO, NEM SEMPRE É FÁCIL PARA AS ENTIDADES EXECUTORAS ENCONTRAREM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO.

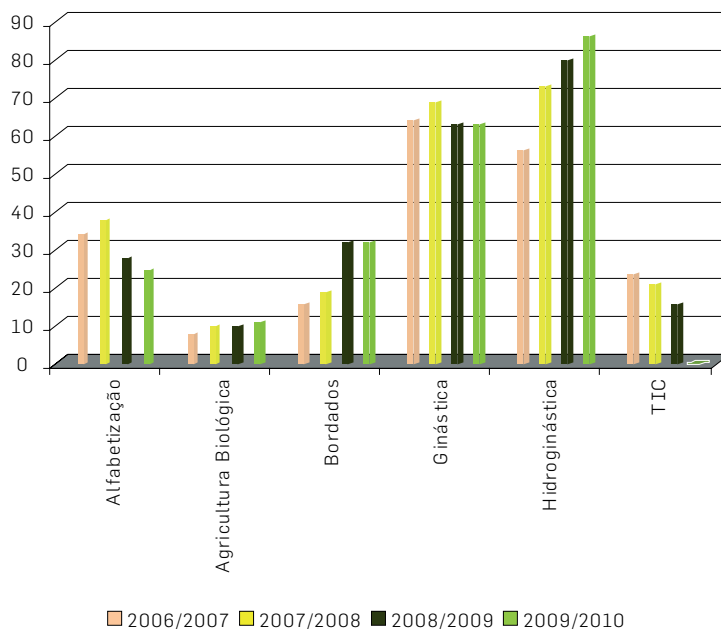
UMA DAS SOLUÇÕES PODE PASSAR PELO ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM ENTIDADES QUE POSSUAM UNIDADES INFORMÁTICAS MÓVEIS OU COM OS ESPAÇOS INTERNET LOCAIS.



Espaco Internet Móvel da Associação de Municípios do Distrito de Évora, frequentado por alunos da ESMR

Na ESMR a evolução da frequência de aulas registou-se a seguinte:

Alunos por disciplina e ano lectivo

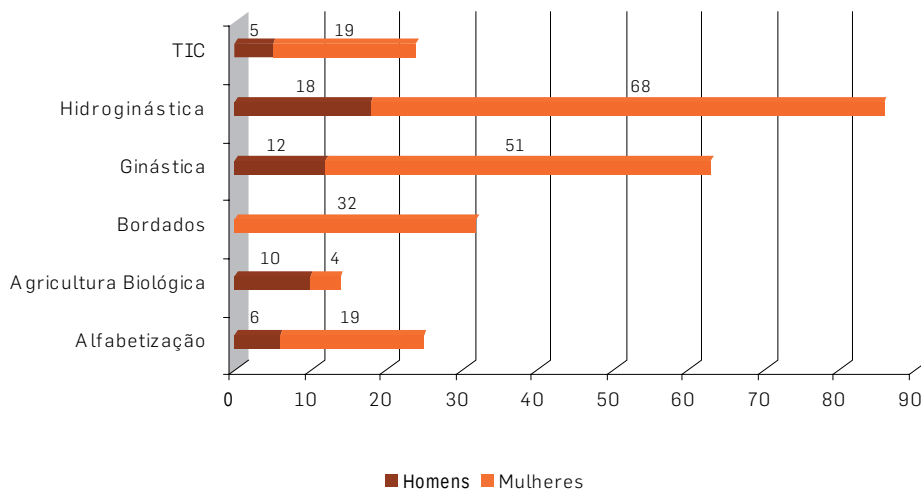


Como podemos constatar, as aulas de hidroginástica são as mais concorridas. Pela experiência que temos, pelo testemunho dos seniores e tal como referido em algumas intervenções do capítulo I deste Manual, tal facto prende-se com uma das motivações para a entrada neste tipo de projecto por parte dos idosos: o contributo que o mesmo dá na melhoria da sua saúde.

Por outro lado, constata-se que, com a excepção da disciplina de Agricultura Biológica, o género feminino é predominante na ESMR, sendo o público exclusivo nas aulas de bordados. No meio rural, os homens possuem outras formas de ocupar os tempos livres, seja em pequenas hortas familiares, seja nos centros de convívio locais, enquanto que as mulheres se centram mais nas actividades domésticas. As disciplinas

de alfabetização, tic, ginástica e hidrogenástica são frequentadas por ambos os sexos mas sempre com predominância do género feminino, conforme se pode verificar no quadro seguinte³.

Alunos(as) por Género e Disciplinas 2010



O género feminino representado na aula de agricultura biológica

³ Um aluno pode estar considerado em mais do que uma disciplina

Parte integrante das aulas é composta pelos Professores. No caso da Escola Sênior do Mundo Rural foram efectuadas várias tentativas junto da comunidade escolar no sentido de apelar ao voluntariado por parte dos docentes, mas nenhuma obteve o sucesso pretendido. Apenas dois dos professores da ESMR exerciam a sua actividade em regime de voluntariado, sendo os restantes pagos pelo projecto ParticipAR.

TER PROFESSORES VOLUNTÁRIOS, É ESSENCIAL NESTE TIPO DE PROJECTOS. LOGO NA FASE DE DIVULGAÇÃO, DEVE-SE APELAR À COMUNIDADE PARA QUE DELE POSSAM FAZER PARTE INTEGRANTE, PESSOAS QUE TENHAM TEMPO LIVRE PARA DEDICAR E QUE POSSUAM CONHECIMENTOS VÁLIDOS PARA TRANSMITIR AOS OUTROS.

ESTE PODE-SE TORNAR, SEGUNDO A NOSSA EXPERIÊNCIA, NUM DOS PROBLEMAS PARA A SUSTENTABILIDADE DE PROJECTOS NESTA ÁREA, PELO QUE É DE INSISTIR NA CRIAÇÃO DE UM CORPO DOCENTE EM REGIME DE VOLUNTARIADO.

OUTRA FORMA DE ULTRAPASSAR ESTA DIFICULDADE É O PAGAMENTO DE QUOTAS POR PARTE DOS ALUNOS. A MAIOR PARTE DOS RESIDENTES EM MEIO RURAL AUFERE BAIXOS RENDIMENTOS, PELO QUE AS QUOTAS DEVEM SER SIMBÓLICAS, DE MODO A QUE POSSAM COBRIR DESPESAS COMO O SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS ALUNOS E ALGUNS MATERIAIS.

Da Escola Sénior do Mundo Rural, fizeram parte os seguintes Professores:



NOME: ANTÓNIO SAIAS IDADE: 71

HABILITAÇÕES: ENG.º TÉCNICO AGRÁRIO. LICENCIADO EM SOCIOLOGIA.
MESTRADO EM ECOLOGIA HUMANA

PROFESSOR VOLUNTÁRIO DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, 2006-2010

NOME: CARLOS RUIVO IDADE: 48

HABILITAÇÕES: LICENCIATURA EM MEDICINA VETERINÁRIA

PROFESSOR VOLUNTÁRIO DE SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL, 2006-2009



NOME: MARIANA ARCO IDADE: 36

HABILITAÇÕES: FINALISTA DO BACHARELATO EM ENGENHARIA INFORMÁTICA

PROFESSORA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2006-2009

NOME: LURDES PEREIRA IDADE: 44 HABILITAÇÕES: 9º ANO

PROFESSORA DE ARTES DECORATIVAS, 2006-2010



NOME: SANDRA ALPIARÇA IDADE: 35

HABILITAÇÕES: FREQUÊNCIA DA LICENCIATURA EM DESPORTO

PROFESSORA DE GINÁSTICA E HIDROGINÁSTICA, 2006-2010

NOME: SUZANA AGOGA IDADE: 29

HABILITAÇÕES: LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

PROFESSORA DE ALFABETIZAÇÃO, 2006-2009



Dar a conhecer o projecto

AO LONGO DA EXECUÇÃO DO PROJECTO É IMPORTANTE EFECTUAR A SUA DIVULGAÇÃO E DEMONSTRAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ ENTÃO.

PARA O EFEITO, SUGERE-SE QUE OS ALUNOS PARTICIPEM EM COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS (DIA DA SAÚDE, DIA DO IDOSO); ACTIVIDADES DAS REDES EM QUE PARTICIPAM (CONVÍVIOS, FEIRAS, CONCURSOS) OU OUTRAS PARA AS QUAIS AS UNIVERSIDADES SÊNIORES SÃO CONVIDADAS (PROGRAMAS DE RÁDIO, TELEVISÃO).



Participação dos alunos em actividades municipais



Feira com mostra de produtos efectuados pelos alunos

A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E MOSTRAS DE ARTE-SANATO, PARA ALÉM DE SER UMA FORMA DE DIVULGAR O PROJECTO, PODE TAMBÉM SERVIR PARA ANGARIAR FUNDOS PARA O MESMO ATRAVÉS DA VENDA DE RIFAS OU DAS PRÓPRIAS PEÇAS.

OS ALUNOS PODEM REINVESTIR O DINHEIRO ANGARIADO NO PROJECTO, EM VIAGENS DE ESTUDO OU OUTRAS ACTIVIDADES DE CONVÍVIO.





Plateia e Mesa de Oradores do Seminário "Idosos numa Nova Cidadania: Universidades Sêniores e Espaços de Acção" (2007)

UMA OUTRA FORMA DE DAR A CONHECER O PROJECTO CONSISTE EM "CHAMAR" A ATENÇÃO SOBRE O MESMO. ISTO PODE ACONTECER ATRAVÉS DE SEMINÁRIOS OU OUTROS ENCONTROS, OS QUAIS DEVEM SER ABERTOS AOS ALUNOS, PROFESSORES, PARCEIROS E COMUNIDADE EM GERAL.

ESTAS ACTIVIDADES PODEM SER EFECTUADAS NUM FINAL DE ANO LECTIVO, PERMITINDO FAZER O BALANÇO E ENCERRAMENTO DO MESMO.

No encerramento do ano lectivo de 2007 da ESMR, realizou-se o SEMINÁRIO "IDOSOS NUMA NOVA CIDADANIA: UNIVERSIDADES SÊNIORES E ESPAÇOS DE ACÇÃO"⁴. O mesmo foi divulgado através de 50 cartazes, em todas as freguesias do concelho; bem como editada uma notícia no Jornal regional "Diário do Sul", no boletim e no placard informativo da Câmara Municipal de Arraiolos.

O Seminário tinha o duplo objectivo de proporcionar aos seniores do concelho e técnicos que trabalham na área, uma reflexão sobre a realidade social e contextos de intervenção em que se encontram os nossos sêniors; bem como ser um espaço para encontro e troca de experiências entre Universidades Sêniores.

⁴ Vide Capítulo I



SEMINÁRIO - "Idosos numa nova cidadania: Universidades Sêniors e Espaços de Acção" -
27 de Junho de 2008 - Cine-Teatro de Arraiolos

Manhã

9h30m - Abertura do Secretariado e Recepção dos Participantes

Sessão de Abertura

10h - Mário de Deus - Presidente do Conselho de Administração do Monte ACE

10h 10m - Jerónimo Loios - Presidente do Município de Arraiolos

10h 20m - José Alberto Oliveira - Director Centro Distrital de Segurança Social de Évora

Painel

10h 45m - Maria de Lurdes Quaresma "Envelhecimento Activo no Contexto Europeu"
Docente, Investigadora de Gerontologia Social

11h - Ramalho Ilheu "Idosos e Cidadania: do número à qualidade"
Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

11h 15m - Dulce Mota "As UTIS como Promotoras do Envelhecimento Activo"
Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS)

11h 30m - Espaço de Debate e Conclusões do Painel
Marcos Olímpio - Moderador/Redactor do Painel da Manhã
Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva"

12h - Almoço

Tarde

Sessão de Abertura

15h - Bravo Nico "Aprendizagem ao longo da Vida, TODA!"
Deputado, Professor da Universidade de Évora (Departamento de Pedagogia e Educação)

15h 15m - Mesa Redonda - Partilhar Experiências
Escola Sênior do Mundo Rural (20m)
Universidade Sênior Albicastrense (20m)
Universidade Sênior de Almeirim (20m)

16h 15m - Espaço de Debate e Conclusões do Painel
Camilo Mortágua - Moderador/Redactor do Painel da Tarde
Presidente da Associação para as Universidades Rurais Europeias

16h 45m - Sessão de Encerramento

Ao longo do Seminário estará patente ao público uma mostra de trabalhos dos alunos



O Convívio

A PROMOÇÃO DO CONVÍVIO ENTRE OS SÉNIORES, INCENTIVA O ESPÍRITO DE PROMOÇÃO DE UM ENVELHECIMENTO ACTIVO.

EM MEIOS RURAIS, OS SÉNIORES PERDEM MUITAS VEZES O CONTACTO QUE ANTERIORMENTE EFECTUAVAM QUANDO ESTAVAM NA VIDA ACTIVA, COM COLEGAS DE OUTRAS ALDEIAS VIZINHAS. OS ENCONTROS PROMOVIDOS NO ÂMBITO DA ESCOLA SÉNIOR PROMOVEM O REAVIVAR DE MEMÓRIAS.

POR OUTRO LADO, AS VISITAS DE ESTUDO, PERMITEM QUE OS ALUNOS TENHAM CONTACTO COM NOVAS REALIDADES.



Visita a uma exploração agrícola - Badajoz



Visita ao Fluvial de Mora 2007

Considerações Finais

Camilo Mortágua

Presidente do Conselho de Administração da APURE⁵

Quando aos 76 nos solicitam uma qualquer contribuição que implicitamente reconheça a utilidade da nossa existência, isso é sempre um estímulo à vida... obrigado e bem hajam.

1. Sobre a estrutura do Manual

Este manual, como a maioria dos manuais, peca por demasiado sintético no que à descrição do valor e competência de quem concebeu e implementou o projecto.

Ao lê-lo, verificamos que o enquadramento teórico da temática é rico, detalhado, e beneficia de diferentes e diversas abordagens sobre a inclusão das populações seniores nas Sociedades contemporâneas. Também nos informa sobre o que foi feito e com que parceiros, mas não nos diz nada sobre a composição da equipa que concebeu e implementou o projecto em causa.

Que experiências tinham e têm os técnicos da Monte que monitorizaram o projecto, quais as principais dificuldades encontradas, quais os métodos utilizados para a tomada das decisões que se foram aplicando etc. etc. Como se encontrou o caminho para o resultado obtido? Estas questões têm tudo a ver com a desejada sustentabilidade do Projecto.

⁵ Associação Para as Universidades Rurais Europeias

2. As especificidades deste projecto

O perfil profissional e cultural das pessoas alvo da intervenção, a dispersão e o isolamento dos formandos, o grau de escolarização, a baixa densidade demográfica a aumentar a dificuldade de encontrar em cada comunidade um mínimo suficiente de interessados nas acções do projecto, de forma a encontrar escalas capazes de suportar os riscos normais das desistências, a escassez local de monitores/ professores, e um meio pouco habituado a recorrer à formação ao longo da vida etc, constituíram certamente obstáculos que só a dedicação e empenho da equipa responsável podia ultrapassar.

3.

Já no que respeita à sustentabilidade do projecto, sentimo-nos pouco a vontade para julgar.

São demasiadas as interrogações para as quais a minha condição de simples observador externo não pode encontrar resposta.

A parceria que promoveu e implementou o Projecto está ou não em condições de prolongar o seu apoio e em que medida? durante quanto tempo?

Os actuais formandos, têm grau de motivação suficiente para assumir progressivamente as responsabilidades financeiras e de gestão, pólo a pólo ou em relação ao conjunto?

A Câmara Municipal ou outra entidade do Município, está disposta a consolidar o processo, transformando a prossecução dos seus objectivos numa das principais políticas do Município, plenamente justificada pelo envelhecimento da sua população? Já se pensou na possibilidade de criar alguma actividade produtiva no âmbito do projecto. (Por exemplo) uma exploração horto-frutícola destinada a abastecer lares de idosos e cantinas sociais. Este aspecto pode influir significativamente na sustentabilidade do projecto. Se esse passasse a ser um dos objectivos, teria normalmente que haver uma fase de transição em que tudo estaria "orientado" nesse sentido; natureza dos cursos de formação, tipo de recrutamento, animação/motivação para a participação etc.

Sem querer ser demasiado conclusivo, intúo que talvez fosse prudente procurar estruturar uma tal fase de transição – consolidação, partindo do princípio de que é preferível gastar mais alguma coisa e ter a certeza de assegurar o resultado do investimento feito, que correr o risco de assistir ao desmoronar daquilo que com tanto esforço se construiu. Esta deveria ser a discussão de fundo da Parceria do Projecto, devem ser os "Pais da criança" a decidir se chegou ou não o momento da sua independência.





